

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇAS - 2011

BLOCO TRANSPARÊNCIA E RESULTADO - BTR (32) - Bancada do PSDB e representações partidárias do DEM, PPS, PHS, PRTB, PR, PRP, PTC, PTdoB e PTB

Líder: Deputado Bonifácio Mourão (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Luzia Ferreira (PPS), João Vítor Xavier (PRP), Cássio Soares (PRTB), Fred Costa (PHS) e Rômulo Viegas (PSDB)

BLOCO MINAS SEM CENSURA (23) – Bancadas do PT e PMDB e representações partidárias do PRB e PCdoB

Líder: Deputado Rogério Correia (PT)

Vice-Líderes: Deputados Gilberto Abramo (PRB), Ivair Nogueira (PMDB), Paulo Lamac (PT) e Ulysses Gomes (PT)

BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL - BPS (17) - Bancada do PV e representações partidárias do PSL, PSB, PMN, PSC e PP

Líder: Deputado Tiago Ulisses (PV)

Vice-Líderes: Deputados Hely Tarquínio (PV), Antonio Lerin (PSB), Duilio de Castro (PMN) e Rômulo Veneroso (PV)

PDT - PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder: Deputado Sargento Rodrigues

Vice-Líder: Deputado Gustavo Perrella

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Gustavo Valadares (DEM)

LIDERANÇA DA MINORIA

Líder: Deputado Antônio Júlio (PMDB)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Leonardo Moreira (PSDB), Neider Moreira (PPS), Dalmo Ribeiro Silva (PSDB), Deiró Marra (PR) e Luiz Henrique (PSDB)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo Corrêa
Deputado Délio Malheiros
Deputado Bonifácio Mourão
Deputado Neider Moreira
Deputado Rogério Correia
Deputado Ivair Nogueira
Deputado Fred Costa

BTR
BPS
BTR
BTR
MSC
MSC
BTR

Presidente
Vice-Presidente

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo Valadares
Deputado Hely Tarquínio
Deputado Carlos Mosconi
Deputada Luzia Ferreira
Deputado Paulo Lamac
Deputado Bruno Siqueira
Deputado Sebastião Costa

BTR
BPS
BTR
BTR
MSC
MSC
BTR

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Almir Paraca
Deputado Pompílio Canavez

MSC
MSC

Presidente
Vice-Presidente



Deputada Liza Prado	BPS
Deputado João Leite	BTR
Deputado Sebastião Costa	BTR

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elismar Prado	MSC
Deputado Paulo Lamac	MSC
Deputado Romeu Queiroz	BPS
Deputado Anselmo José Domingos	BTR
Deputado Neider Moreira	BTR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Sebastião Costa	BTR	Presidente
Deputado Bruno Siqueira	MSC	Vice-Presidente
Deputado Cássio Soares	BTR	
Deputado Delvito Alves	BTR	
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputada Rosângela Reis	BPS	
Deputado André Quintão	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Doutor Viana	BTR
Deputado Gilberto Abramo	MSC
Deputado Bosco	BTR
Deputado Arlen Santiago	BTR
Deputado Rômulo Viegas	BTR
Deputado Délio Malheiros	BPS
Deputado Adelmo Carneiro Leão	MSC

COMISSÃO DE CULTURA**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 16 horas****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Elismar Prado	MSC	Presidente
Deputada Luzia Ferreira	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rômulo Veneroso	BPS	
Deputado Carlos Mosconi	BTR	
Deputado Tenente Lúcio	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ulysses Gomes	MSC
Deputado Neilando Pimenta	BTR
Deputado Doutor Wilson Batista	BPS
Deputado Luiz Henrique	BTR
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT

COMISSÃO DE DEFESA DA PESSOA COM DEFICIENCIA**Reuniões Ordinárias -****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputada Ana Maria Resende	BTR	Presidente "ad hoc"
Deputado Marques Abreu	BTR	
Deputado Carlin Moura	MSC	
Deputado Doutor Wilson Batista	BPS	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Neilando Pimenta	BTR
Deputado Carlos Mosconi	BTR



Deputada Maria Tereza Lara	MSC
Deputado Hely Tarquínio	BPS
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros	BPS	Presidente
Deputada Liza Prado	BPS	Vice-Presidente
Deputado Duílio de Castro	BPS	
Deputado Carlos Henrique	MSC	
Deputado Antônio Júlio	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Romel Anísio	BPS
Deputada Rosângela Reis	BPS
Deputado Antônio Lerin	BPS
Deputado Sávio Souza Cruz	MSC
Deputado Vanderlei Miranda	MSC

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval Ângelo	MSC	Presidente
Deputado Paulo Lamac	MSC	Vice-Presidente
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT	
Deputado Antônio Genaro	BPS	
Deputado Delvito Alves	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza Lara	MSC
Deputado Pompílio Canavez	MSC
Deputado Sargento Rodrigues	PDT
Deputado Duílio de Castro	BPS
Deputado João Leite	BTR

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bosco	BTR	Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	Vice-Presidente
Deputado Neilando Pimenta	BTR	
Deputado Carlin Moura	MSC	
Deputado Paulo Lamac	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Ana Maria Resende	BTR
Deputado Deiró Marra	BTR
Deputado João Vítor Xavier	BTR
Deputada Maria Tereza Lara	MSC
Deputado Celinho do Sinttrocel	MSC

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Marques Abreu	BTR	Presidente
Deputado Tadeuzinho Leite	MSC	Vice-Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	



Deputado Adelmo Carneiro Leão MSC
Deputado Gustavo Perrela PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BTR
Deputado Bruno Siqueira MSC
Deputado Gustavo Valadares BTR
Deputado André Quintão MSC
Deputado Luiz Carlos Miranda PDT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BTR Presidente
Deputado Doutor Viana BTR Vice-Presidente
Deputado Romel Anísio BPS
Deputado João Vítor Xavier BTR
Deputado Antônio Júlio MSC
Deputado Ulysses Gomes BMC
Deputado Gustavo Perrela PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BTR
Deputado Gustavo Corrêa BTR
Deputado Tiago Ulisses BPS
Deputado Cássio Soares BTR
Deputado Rogério Correia MSC
Deputado Ivair Nogueira BMC
Deputado Sargento Rodrigues PDT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio Moreira BTR Presidente
Deputado Duarte Bechir BPS Vice-Presidente
Deputada Luzia Ferreira BTR
Deputado Gustavo Corrêa BTR
Deputado Sávio Souza Cruz MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Deiró Marra BTR
Deputado Hely Tarquínio BPS
Deputado Doutor Viana BTR
Deputado Zé Maia BTR
Deputado Ivair Nogueira MSC

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 11 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio Souza Cruz MSC Presidente
Deputado Tiago Ulisses BPS Vice-Presidente
Deputado João Vítor Xavier BTR
Deputado Antônio Carlos Arantes BPS
Deputado Carlos Henrique MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever Lopes MSC
Deputado Rômulo Veneroso BPS
Deputado Dalmo Ribeiro Silva BTR



Deputado Fábio Cherm
Deputado Antônio Júlio

BPS
MSC

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André Quintão	MSC	Presidente
Deputado Fred Costa	BTR	Vice-Presidente
Deputado Bosco	BTR	
Deputado Antônio Lerin	BPS	
Deputado Carlin Moura	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adelmo Carneiro Leão	MSC	
Deputado João Leite	BTR	
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Rômulo Veneroso	BPS	
Deputado Celinho do Sinttrocel	MSC	

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio Carlos Arantes	BPS	Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rômulo Viegas	BTR	
Deputado Romel Anísio	BPS	
Deputado Doutor Viana	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Romeu Queiroz	BPS	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	BTR	
Deputado Bonifácio Mourão	BTR	
Deputado Antônio Lerin	BPS	
Deputado Rogério Correia	MSC	

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Duarte Bechir	BPS	Presidente
Deputada Ana Maria Resende	BTR	Vice-Presidente
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputado Deiró Marra	BTR	
Deputado Gilberto Abramo	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Carlos Arantes	BPS	
Deputado João Leite	BTR	
Deputado Bosco	BTR	
Deputada Luzia Ferreira	BTR	
Deputado Antônio Júlio	MSC	

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos Mosconi	BTR	Presidente
Deputado Hely Tarquínio	BPS	Vice-Presidente
Deputado Doutor Wilson Batista	BPS	
Deputado Neider Moreira	BTR	



Deputado Adelmo Carneiro Leão MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Doutor Viana BTR
Deputado Tiago Ulisses BPS
Deputado Duílio de Castro BPS
Deputada Luzia Ferreira BTR
Deputado Almir Paraca MSC

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 9 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Leite BTR Presidente
Deputada Maria Tereza Lara MSC Vice-Presidente
Deputado Zé Maia BTR
Deputado Cássio Soares BTR
Deputado Sargento Rodrigues PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Leonardo Moreira BTR
Deputado Durval Ângelo MSC
Deputado Célio Moreira BTR
Deputado Gustavo Valadares BTR
Deputado Tenente Lúcio PDT

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14h30min**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reis BPS Presidente
Deputado Luiz Carlos Miranda PDT Vice-Presidente
Deputado Romeu Queiroz BPS
Deputado Pompílio Canavez MSC
Deputado Tadeuzinho Leite MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Duarte Bechir BPS
Deputado Sargento Rodrigues PDT
Deputado Antônio Genaro BPS
Deputado Celinho do Sinttrocel MSC
Deputado Sávio Souza Cruz MSC

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Adalclever Lopes MSC Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel MSC Vice-Presidente
Deputado Gustavo Valadares BTR
Deputado Célio Moreira BTR
Deputado Anselmo José Domingos BTR

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Henrique MSC
Deputado Carlin Moura MSC
Deputado Fábio Cherem BPS
Deputado Gustavo Corrêa BTR
Deputado Deiró Marra BTR

**COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO****Reuniões Ordinárias - terças -feiras - 10 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Tenente Lúcio	PDT	Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rômulo Viegas	BTR	
Deputado Vanderlei Miranda	MSC	
Deputado Ulysses Gomes	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo Perrela	PDT	
Deputado Fred Costa	BTR	
Deputado Hélio Gomes	BPS	
Deputado Tadeuzinho Leite	MSC	
Deputado Pompílio Canavez	MSC	

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado	Presidente
Deputado	Vice-Presidente
Deputado	
Deputado	
Deputado	
Deputado	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado
Deputado
Deputado
Deputado
Deputado
Deputado

Ouvidor Parlamentar:

SUMÁRIO**1 - ATAS**

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES****6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA****7 - ERRATA****ATAS****ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO
CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM
12/4/2011**

Às 10h8min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e os Deputados Antônio Júlio, Carlos Henrique e Duílio de Castro, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Elismar Prado. Havendo número regimental, a



Presidente, Deputada Liza Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Duílio de Castro, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a prestação dos serviços de telefonia móvel nos pequenos Municípios do Estado e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência acusa o recebimento da seguinte proposição, para a qual designa o relator citado a seguir: Projeto de Lei nº 155/2011, no 1º turno (relator: Deputado Antônio Júlio). A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. José Dias Coelho Neto, Gerente Regional do Escritório da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel-MG -; Saulo de Souza Queiroz, Diretor de Conservação de Energia, representando a Sra. Dorothea Fonseca Furquim Werneck, Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico; Gilberto Dias de Souza, Gerente do Procon Assembleia, representando o Sr. Marcelo Rodrigo Barbosa, Coordenador do Procon Assembleia; Renato Gomes, Gerente de Divisão e Administração da Vivo, representando a Sra. Fabrícia Lanna, advogada da operadora Vivo; André Gustavo Rosa, Gerente de Relações Institucionais da Tim, representando a Sra. Rosana Dias Andrade, advogada da operadora Tim; André Luiz Barbosa Carvalho, advogado da operadora Claro; Cláudia Salviano, Analista de Relacionais Institucionais da Oi, representando o Sr. Marcos Borges, representante da operadora Oi; Luiz de Melo Júnior, membro da Sinditelebrasil e representante das operadoras; Adilson Washington Greco, ex-Prefeito do Município de Piracema; Vereadora Maria da Conceição Ferreira do Amaral de Oliveira, da Câmara Municipal de Onça de Pitangui; e José Antônio Pereira de Menezes, representante da comunidade do Povoado de Capoeira Grande, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Antônio Júlio, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Liza Prado (3) em que solicita sejam encaminhados pedidos de providências à Presidência da Anatel e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, para viabilizar o atendimento do Povoado de Capoeira Grande, no Município de Onça de Pitangui, com os serviços de telefonia fixa e móvel, dentro do programa de universalização do atendimento; ao Governador do Estado, para reduzir a carga tributária incidente sobre a telefonia, de modo a facilitar a implementação dos serviços de banda larga, o que resultará em benefício para a população do Estado; e ao Ministério das Comunicações, para reduzir a carga tributária incidente sobre a telefonia e, ao mesmo tempo, disponibilizar recursos que se encontram contabilizados no Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - Fust -, de modo a facilitar a implementação do crescimento dos serviços de telefonia, em benefício de toda a população; Liza Prado, Antônio Júlio e Elismar Prado em que solicitam seja encaminhada à Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel - pedido de informações acerca da obrigação de atendimento das áreas rurais pelas telefonia fixa e móvel e no que diz respeito à telefonia rural (Ruracel) e que sejam apresentados os regulamentos acerca desse serviço; Liza Prado, Antônio Júlio e Carlos Henrique em que solicitam seja encaminhado à Associação Mineira dos Municípios - AMM - pedido de informações sobre as demandas dos Municípios mineiros em relação à implementação dos serviços de telefonia fixa e móvel; Elismar Prado (3) em que solicita sejam realizadas reuniões de audiência pública para discutir os Projetos de Lei nºs 7/2011, que reduz a carga tributária para até 12% nas operações internas com álcool combustível, e 10/2011, que revoga dispositivos que criam e disciplinam a cobrança da taxa de segurança pública pela utilização potencial dos serviços de extinção de incêndio em imóvel não residencial; sejam encaminhadas cópias das notas taquigráficas da reunião à Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel -, aos Procons estadual e municipal, para as providências que entenderem de direito quanto aos problemas expostos na reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2011.

Liza Prado, Presidente.

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/4/2011

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo e Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir a conclusão das apurações sobre as mortes ocorridas no Aglomerado da Serra, no dia 19/2/2011. O Presidente acusa o recebimento da seguinte proposição, para a qual designou o relator citado a seguir: Projeto de Lei nº 373/2011, em turno único (relator: Deputado Paulo Lamac). A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Vereador Cabo Júlio, Secretário-Geral da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Cel. PM Hebert Fernandes Souto Silva, Corregedor da Polícia Militar de Minas Gerais; Paulo Vaz Alkimin, Ouvidor de Polícia do Estado de Minas Gerais; Tenente-Coronel Domingos Sávio de Mendonça, Diretor-Jurídico da Associação dos Servidores do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar - Ascobom -; Fábio Henrique Queiroz, Coordenador do Departamento Jurídico e Membro da Comissão de Direitos Humanos do Centro Social dos Cabos e Soldados da PMMG; 3º Sgt. PM Giando Gomes de Lemos, Batalhão de Rondas Táticas Metropolitana - Rotam -; Subtenente PM Luiz Gonzaga Ribeiro, Coordenador da Comissão de Direitos Humanos da Aspra; e Soldado PM Adelmo Felipe de Paula Zuccheratte, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e demais participantes, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos da reunião.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2011.



Durval Ângelo, Presidente.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 20/4/2011****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Antônio Abrahão Caram Filho para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. José Geraldo Oliveira Silva para o cargo de Presidente da Fundação Educacional Caio Martins - Fucam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Ana Maria Pacheco para o cargo de Presidente da Fundação de Arte de Ouro Preto - Faop. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Carlos Alberto Pavan Alvim para o cargo de Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais - IO-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Cel. PM Eduardo Mendes de Sousa para o cargo de Diretor-Geral do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais - IPSM. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Antônio Carlos Barros Martins para o cargo de Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Fhemig. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. José Elcio Santos Monteze para o cargo de Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Gerson Barros de Carvalho para o cargo de Diretor-Geral do Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais - Deop-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Tadeu José de Mendonça para o cargo de Presidente do Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais - Ipem-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Jorge André Periquito para o cargo de Presidente da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais - Utramig. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Altino Rodrigues Neto para o cargo de Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Luiz Afonso Vaz de Oliveira para o cargo de Presidente da Fundação Rural Mineira - Ruralminas. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Irene de Melo Pinheiro para o cargo de Presidente da Fundação Helena Antipoff - FHA. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Solanda Steckelberg Silva para o cargo de Presidente da Fundação Clóvis Salgado - FCS. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. José Cláudio Junqueira Ribeiro para o cargo de Presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente - Feam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Marilena Chaves para o cargo de Presidente da Fundação João Pinheiro - FJP. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Jomara Alves da Silva para o cargo de Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - Ipsemg. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Octávio Elísio Alves de Brito para o cargo de Presidente da Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas - Hidroex. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.



2ª Fase
(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 6/2011, do Governador do Estado, que dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 18.682, de 28/12/2009, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública, e a Subemenda nº 1, que apresenta, à Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 601/2011, do Deputado Arlen Santiago, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Salinas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

**ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS
DO DIA 20/4/2011**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 444/2011 e 445/2011, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA
20/4/2011**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A
REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 20/4/2011**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 601/2011, do Deputado Arlen Santiago.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A
REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 20/4/2011**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 543/2011, do Governador do Estado.

Requerimentos nºs 437 e 438/2011, do Deputado Neilando Pimenta; 442/2011, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 20/4/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 20/4/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 20/4/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 398/2011, do Deputado Bosco, e 414 e 415/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 20/4/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 20/4/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Saúde e de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Hely Tarquínio, Adelmo Carneiro Leão, Doutor Wilson Batista e Neider Moreira, membros da Comissão de Saúde, e os Deputados Antônio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino, Doutor Viana, Romel Anízio e Rômulo Viegas, membros da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, para a reunião a ser realizada em 20/4/2011, às 9h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, com a presença de convidados, o processo de fabricação, comercialização e



distribuição do queijo artesanal mineiro, os problemas enfrentados pelos produtores em decorrência da legislação sanitária vigente e as linhas de financiamento disponíveis para o setor; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 19 de abril de 2011.

Carlos Mosconi, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Segurança Pública e de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Cássio Soares, Sargento Rodrigues e Zé Maia, membros da Comissão de Segurança Pública, e os Deputados Durval Ângelo, Paulo Lamac, Antônio Genaro, Delvito Alves e Luiz Carlos Miranda, membros da Comissão de Direitos Humanos, para a reunião a ser realizada em 20/4/2011, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 19 de dezembro de 2011.

João Leite, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 12/2011

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Celinho do Sinttrocel, Doutor Viana e Duarte Bechir, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 20/4/2011, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 12/2011, da Deputada Liza Prado e outros, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 19 de abril de 2011.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Lamac, Antônio Genaro, Delvito Alves e Luiz Carlos Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião com a presença de convidados, a ser realizada em 25/4/2011, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se debater a violação de direitos das comunidades afetadas pelas atividades de exploração da Mineradora Vale, especialmente o Distrito de Casa Branca, no Município de Brumadinho, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 19 de abril de 2011.

Durval Ângelo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Lamac, Antônio Genaro, Delvito Alves e Luiz Carlos Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião, com a presença de convidados, a ser realizada em 26/4/2011, às 19 horas, no Município de Ribeirão das Neves, com a finalidade de se obterem esclarecimentos sobre a construção de um complexo prisional na cidade de Ribeirão das Neves e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 19 de abril de 2011.

Durval Ângelo, Presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 481/2011

Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo

Relatório

De autoria do Deputado Alencar da Silveira Jr., o projeto de lei em epígrafe visa instituir, no calendário oficial do Estado, a Semana Estadual do Jovem Empreendedor.

A proposição foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. Vem agora a este órgão colegiado para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do disposto no art. 102, XIII, combinado com o art. 190, do Regimento Interno.



Fundamentação

O Projeto de Lei nº 481/2011 tem por escopo instituir a Semana do Jovem Empreendedor, a ser comemorada, anualmente, na terceira semana de novembro, com o objetivo de promover eventos para divulgar o empreendedorismo e tratar de temas pertinentes às necessidades do jovem empreendedor, além de premiar os destaques da área no ano anterior, incentivar e valorizar as entidades dedicadas ao tema.

Esclareça-se que o Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, retirou do projeto duas impropriedades: dispositivo referente ao calendário oficial do Estado, que atualmente não existe, uma vez que cada secretaria estabelece suas datas comemorativas por meio de ato administrativo; bem como dispositivo prevendo que o Poder Executivo deverá regulamentar a lei no prazo de noventa dias, por ser essa uma obrigação constitucional desse Poder.

Passemos, agora, à análise de mérito do projeto de lei em tela.

Nossa história evolutiva mostra o quanto dependemos de pessoas que lideraram a busca por novas estratégias e invenções materiais para que chegássemos ao atual grau de desenvolvimento da humanidade.

Atualmente, essas pessoas são chamadas de empreendedores e caracterizam-se por ser impetuosas e estar dispostas a assumir riscos para concretizar uma inovação. Discute-se, nesse contexto, como promover o empreendedorismo, como apoiar novos empreendimentos e como formar jovens empreendedores para estimular a expansão das pequenas e médias empresas e para gerar novos paradigmas empresariais, competência e criatividade.

Um ponto importante nesse debate é que essas pessoas devem ter atitude pró-ativa, para pesquisar novas oportunidades, descobrir novos espaços no mercado e novas formas de aplicar suas competências na geração de resultados. Para fomentar essas características, o sistema de ensino deve promover a atitude empreendedora, a criatividade e a inovação, seja por meio de disciplinas específicas voltadas para essas competências, seja como tema transversal ou filosofia que impregna todo o processo de aprendizagem.

Nesse sentido, mais adequadas são as metodologias construtivistas, em que o aluno é levado a buscar suas próprias respostas e construir ativamente sua base de conhecimentos. A universidade é um ambiente propício à formação empreendedora, pois o jovem pode ter contato com diferentes áreas do conhecimento, o que fundamentará sua formação mais abrangente e multidisciplinar.

Outro ponto fundamental diz respeito ao sistema de valores que deverá ser destacado para as próximas gerações. Já não cabe o incentivo de atitudes empreendedoras que visam apenas maximizar riquezas individuais, sem preocupação com o equilíbrio ambiental, ou que desrespeitam clientes, funcionários e outros grupos sociais. O empreendedor moderno deve entender seu papel de transformador do meio ambiente e construtor do futuro, responsável pela qualidade de vida de seus clientes, por meio da oferta de bons produtos e serviços, por relações de trabalho dignas com seus funcionários, fornecedores e demais colaboradores e pela preservação do meio ambiente e do equilíbrio natural. Isso implica consciência ética como profissional, empresário e cidadão.

Assim, o jovem empreendedor deve ter a visão política para se unir aos poderes públicos, visando à implantação de melhores condições de trabalho e competição, especialmente em termos de política tributária, infraestrutura de produção, linhas de financiamento diferenciadas, entre outros interesses de seu segmento.

O Brasil precisa gerar empreendedores interessados em manter seu crescimento econômico e sua inserção competitiva no mercado internacional, com tecnologia avançada, produtos inovadores e de maior valor agregado para criar igualdade de condições no mercado global e melhorar a competitividade da indústria brasileira como um todo.

Diante dessas considerações, a instituição da Semana do Jovem Empreendedor afigura-se oportuna e meritória, pois cria oportunidade para a discussão desses pontos e a valorização da ação dos empreendedores.

Conclusão

Pelas razões expostas, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 481/2011, em turno único, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 19 de abril de 2011.

Tenente Lúcio, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva, relator - Vanderlei Miranda.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 13/4/2011

O Deputado Durval Ângelo* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, antes de abordar alguns aspectos do governo do Estado, quero cumprir o meu dever de prestar contas da nossa atuação como Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa e ao mesmo tempo destacar que, nestes 17 anos em que estou nesta Casa, sempre fiz parte dessa Comissão. Honra-me muito representar a população de Minas e os colegas parlamentares como Presidente dessa Comissão. Aliás, já a presidiram muitos destacados Deputados, como Adelmo Carneiro Leão e João Leite.

No passado, presidiram-na também o Deputado Nilmário Miranda, a Deputada Sandra Starling e o Deputado Edson Rezende. Dessa forma, para mim é uma alegria dar continuidade a essa tradição de haver na Assembleia uma comissão que realiza uma interlocução muito séria com a sociedade e estabelece o diálogo principalmente com a parcela mais sofrida e mais vulnerável da sociedade mineira, que muitas vezes não tem onde expressar sua dor, seu grito, seu ai e que terá, nessa comissão, oportunidade de fazer isso. Creio que cada comissão da Assembleia tem sua importância, tem maneiras diferenciadas de promover a legitimação, como Poder, na interlocução com a sociedade.



Mas destaco que quem procura a Comissão de Direitos Humanos são os mais pobres dos pobres. Hoje, na Comissão, tivemos a alegria de contar com a participação dos Deputados Delvito Alves, Célio Moreira e Luiz Carlos Miranda. Eles viram, num curto espaço de tempo, no momento do pinga-fogo, as diferentes denúncias e situações apresentadas à Comissão. No primeiro momento, manifestaram-se familiares de dois policiais, da Serra, que foram indiciados por aquele episódio do assassinato, não diretamente por assassinato, mas, sim, por questões de prevaricação e de falsidade ideológica; e também o advogado desses militares.

Eles nos procuraram hoje - já o haviam feito na sexta-feira, no meu gabinete, com a presença do Ouvidor de Polícia - dizendo que principalmente um deles, o Sgt. Lemos, teria sido induzido pelos colegas a elaborar aquele relatório como farsa, que tinham sido diretamente os dois vinculados ao assassinato, e também induzidos por um superior, que nem foi ouvido no inquérito. Como é função da Comissão de Direitos Humanos, e um dos direitos fundamentais é o de se expressar, e de ter ampla e legítima defesa, marcamos para segunda-feira, às 10 horas, um espaço para ouvirmos esses policiais e convocamos a presença de seus superiores. Eles estão dizendo que vão anunciar de quem seriam as responsabilidades pela elaboração daquele boletim falsificado, adulterado. Eu disse que o mais grave, evidentemente, é o duplo assassinato, mas, numa linha de gravidade, a falsificação do boletim fica em segundo lugar, porque um agente público não pode mentir.

Isso nos lembra, de forma triste, o período da ditadura, quando se torturava e matava a pessoa, e dizia-se que era em confronto com as forças da repressão, da ilegalidade da ditadura militar imposta neste Brasil.

Queremos deixar claro que a Comissão marcou essa oitava das testemunhas para que possamos também dar vez e voz. Todos os Deputados que se interessarem em participar estão convidados. A realização da audiência será na segunda-feira, às 10 horas, momento em que, como tudo indica, haverá revelações surpreendentes. Entregaram-nos um conjunto de fotos tiradas pelo Ten. Santana depois da operação. Segundo eles, essas fotos não foram aceitas no inquérito. Tenho as fotos na guarda da Comissão de Direitos Humanos.

Deputado Paulo Lamac, Vice-Presidente da Comissão, as fotos mostram claramente - nelas constam o horário - que o Jefferson e o Renilson já estavam mortos. Eles armaram uma farsa quando levaram ao hospital pessoas mortas. As fotos estão claras. Eles queriam dizer que, quando chegaram, quem os matou já tinha feito isso. Eles não tiveram nenhum tipo de participação. E, ao mesmo tempo, as fotos mostram um absurdo, o que falamos: policiais tinham colocado luvas para modificar o local do crime. Pasmem, senhoras e senhores, há uma foto que mostra um policial de luva. Quero deixar claro que, dentro da nossa linha de prestação de contas, segunda-feira, às 10 horas, o Ouvidor de Polícia, o Ministério Público e a Corregedoria estarão presentes na Comissão. Vamos ter a oportunidade de desvendar mais um capítulo desse episódio obscuro da violência policial.

Quero também dizer que nos entristece muito a forma como a luta política é feita em Minas Gerais. Lamentável termos acesso a uma prova de história, cuja intenção é avaliar o rendimento de alunos do ensino médio, que permite uma manipulação ideológica tão grande. A Constituição Federal trata da pluralidade das ideias na educação e na reflexão crítica, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nos seus objetivos, estabelece que o ensino não pode ser manipulado, mas ocorrem absurdos como os dessa prova de história. Como professor de História e de Filosofia, fico indignado.

A charge já foi muito bem abordada pelo Deputado Rogério Correia. Ela está reforçando o preconceito contra o movimento sindical. Mas há uma outra questão, o autor da charge, que se referia a outra questão, teve seu trabalho autoral adulterado. Olha aí, policiais adulteram boletins, o que permite também que outras adulterações grosseiras sejam feitas. O mais importante: a prova possui outras questões muito questionáveis. Como professor de História, vejo que a qualidade das questões é duvidosa. O interessante é que a questão que trata de Canudos pega um conjunto de versos de "Grande Sertão: Veredas", que eram cantados em Canudos. Recentemente li um livro maravilhoso sobre Antônio Conselheiro, de um assessor do Senado Federal, um juiz-forano. Mas voltando à questão, pegaram exatamente os versos que tratam do preconceito religioso, reforçando a ideia do fanatismo religioso de Canudos, e não outras dimensões, como um movimento genuíno e popular e como um movimento de contestação política a uma ordem autoritária, mas reforçam o preconceito.

Outra questão se refere às privatizações. Apesar de trazer um texto do Biondi, a conclusão é uma loa, como se a privatização permitisse, como se sobrasse dinheiro para investir em educação, saúde e segurança pública da Serra. Quer dizer, a questão louva as privatizações. Não me lembro de tudo, mas identifiquei mais uns dois pontos questionáveis na prova. Acredito, Governador do Estado, que, se luta política se faz assim, isso permite que Dilma lance a Rede Cegonha em Minas, e, na semana seguinte, o governo do Estado ponha uma propaganda na televisão - tirou a propaganda, pois foi tão vergonhosa -, Mães de Minas, coisa que não existe.

Vamos tratar as questões públicas com seriedade. A luta política, muitas vezes, reclama da radicalização do PT e do Bloco Minas Sem Censura, mas acredito que não se faz luta política dessa forma, de jeito nenhum. Isso é um atentado à inteligência dos mineiros e das mineiras, principalmente à inteligência dos membros desta Casa. Não faço luta política desse jeito, mas creio que acabamos respondendo assim.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado Durval Ângelo, gostaria de parabenizá-lo e dizer-lhe que o Governador Anastasia está carregando o fardo Aécio 2014. É um fardo pesado, e o problema maior é que está ficando pesado para Minas Gerais, pois o governo não governa, as coisas não aparecem. Trata-se apenas de uma luta política contra o governo da Dilma. Sendo assim, esse fardo pesado do Aécio 2014 tem atrapalhado Minas Gerais em um momento em que nem se estão discutindo as eleições de 2014. Gostaria de fazer...

O Deputado Durval Ângelo* - E Minas precisa muito do governo federal, da mesma parceria de que o Aécio se beneficiou. Ele fazia de conta que era irmão do Lula para ter muitos recursos, mas parece que quer negar isso ao Anastasia. É um absurdo levar a uma radicalização.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - E isso é entre amigos; imaginem se fossem adversários! O Governador Anastasia é um homem de bem, uma pessoa digna, mas está carregando um fardo político que está atrapalhando o seu governo e, conseqüentemente, Minas Gerais.



Deputado Durval Ângelo, gostaria de dizer a V. Exa. que estou com uma outra prova - depois irei entregá-la para que a examine - destinada aos Diretores de escola. Eles terão de fazer a prova para ver se estão habilitados a concorrerem à eleição direta de Diretor de escola. São várias questões contendo muitos gráficos que enaltecem a educação em Minas Gerais.

O Deputado Durval Ângelo* - Os professores, para acertarem, terão de responder às questões dentro da lógica do governo. Aqui é um cantão suíço e não o Afeganistão.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Depois do gráfico, perguntam sempre dessa forma: “Qual é o Estado onde a educação mais evoluiu?” Imaginem se o Diretor responder: Piauí, Maranhão, Ceará, São Paulo, Rio de Janeiro ou Rio Grande do Sul. Ele não poderá...

O Deputado Durval Ângelo* - Alagoas.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Alagoas não pode, o Diretor tem de responder que é Minas Gerais. São três ou quatro questões do mesmo tipo. É essa guerra político-ideológica que o governo faz usando a máquina pública por meio desse procedimento.

Deputado Durval Ângelo, gostaria de parabenizá-lo também por sua ação na questão da Serra. Talvez isso explique algo que o ex-Presidente da República não está entendendo. Não sei se V. Exa. ouviu, mas, sobre a forma como se constituiu a Oposição, ele diz: “Enquanto o PSDB e seus aliados persistirem em disputar com o PT influências sobre movimentos sociais ou o povão, isto é, sobre as massas carentes e pouco informadas, falarão sozinhos”. Ele quis dizer, então, que o PSDB tem de abandonar o povão, porque o PT já se apoderou dele.

O Deputado Durval Ângelo* - Perfeito.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - É impressionante.

Há parlamentos que não têm Deputados como V. Exa., que desde muito tempo trabalha com os mais pobres e desvalidos. Parabenizo V. Exa. por estar junto ao povão.

O Deputado Durval Ângelo* - Gostaria de terminar prestando minha solidariedade ao 1º-Secretário desta Casa, Deputado Dilzon Melo. O Deputado Dalmo Ribeiro Silva sofreu algo semelhante quando um funcionário seu passou pela mesma situação, mas ficou concluído no mesmo dia que o Dalmo não tinha nada a ver com o processo. Fui uma das primeiras pessoas a prestar, de público, solidariedade ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva. É bom que se diga que um funcionário do Deputado Dilzon Melo está em processo de investigação relativa à venda de consultorias jurídicas a Prefeituras do interior. Pelo menos essa é a informação que temos. O funcionário já foi preso, e vários advogados foram presos também. Segundo denúncias, entre essas Prefeituras, até Prefeituras do PT estão envolvidas. Portanto, até que se prove o contrário - tivemos a situação do Deputado Dalmo Ribeiro Silva -, o Deputado Dilzon Melo é inocente e não tem nada a ver com isso.

É preciso ter coragem, firmeza e convicção do que fazemos para reafirmar isso. Não pode pairar nenhuma dúvida. E outra coisa: enquanto o Congresso Nacional tem impedido investigações nesse sentido, o Presidente da Assembleia recebeu um telefonema da Polícia Federal e, mais uma vez, autorizou a entrada. É bom que se diga: autorizou a entrada. Tivemos problemas em outros órgãos, como no próprio Tribunal de Contas e no Congresso Nacional. Já o Presidente da Assembleia não colocou óbice nenhum à ação.

Então a Casa deve ser transparente, deve ser investigada, mas as matérias não dizem nem o nome do funcionário, que seria um ex-Vereador de uma cidade do interior, que não conheço. Mas quem está sendo investigado é o funcionário que seria o coordenador desse esquema. Como no caso do Dalmo, um funcionário foi indiciado, está sendo processado e logo depois, em dois dias, ficou comprovado que o Deputado Dalmo não tinha nada a ver com a questão. Então quero apenas registrar isso.

Acabamos de votar no Dilzon. Somos seus amigos e não podemos esconder isso ou bancar o avestruz, como se o problema não fosse da Assembleia. O problema é da Assembleia, e o Presidente abriu as portas para que a investigação fosse feita. Isso é democracia; é Estado Democrático de Direito. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Fred Costa* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores presentes, telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia, boa tarde. É com muita satisfação que venho hoje fazer uso da tribuna para dividir com os nobres pares e também com os belo-horizontinos e com todos os mineiros duas grandes notícias. São obras importantes para Belo Horizonte e também para a Região Metropolitana que nós, belo-horizontinos, esperávamos há vários anos e que o poder público federal, sobretudo, que assumiu o compromisso no PAC de realizar uma dessas obras, não foi eficaz o suficiente para fazê-lo. Em duas ações distintas, sem um único centavo de recurso público, conseguimos viabilizá-las. Cito aqui, primeiramente, uma construção que ocorreu durante o meu mandato, já como Vereador de Belo Horizonte, no segundo semestre do ano passado, quando procuramos o Ministério Público, na pessoa do competente Dr. Luciano Badini, da Dra. Marta e da Dra. Cláudia; também os construtores que atuam na área da construção civil em Nova Lima, representados pela associação do Vila da Serra; e a sociedade civil organizada: os moradores, sobretudo, dos condomínios de Nova Lima e também do Bairro Belvedere e adjacências.

É fato. O problema do trânsito, não apenas em Belo Horizonte, na Região Metropolitana, mas também em todos os grandes e médios centros do Estado de Minas Gerais, interfere negativamente, de forma considerável, na qualidade de vida das pessoas.

Mas, na mencionada localidade em especial, diariamente passam cerca de 80 mil veículos de passeio, além de inúmeros ônibus. As pessoas que residem nos condomínios de Nova Lima já relataram que, no horário do almoço e no final da tarde, chegam a demorar 1 hora para se deslocar até o trevo do BH Shopping. Isso é inadmissível.

No passado, tentamos incluir essas obras no Orçamento Participativo da Prefeitura de Belo Horizonte. Entre cinco obras apresentadas como alternativas, ficamos em segundo lugar. Infelizmente, isso não foi suficiente. Na oportunidade, após investidas junto ao poder público, o então Presidente Lula, por meio de seus Ministros, se comprometeu a incluir no PAC aquela importante obra que perfazia o valor de R\$30.000.000,00, que minimizaria muito o impacto e ofereceria qualidade de vida melhor para milhares e milhares de pessoas que ali residem e por ali passam diariamente. Mais uma vez, ficou só na promessa, e tivemos de nos mobilizar para buscar uma alternativa viável, o que considero uma quebra de paradigma. Quando temos que conviver com promessas falaciosas, a alternativa passa a ser tão somente não depender do poder público. Então, conseguimos R\$3.000.000,00 depositados em juízo, e



reconheço o papel da Assembleia Legislativa à época, principalmente dos Deputados João Leite e Sávio Souza Cruz. No processo de expansão do BH Shopping, após o licenciamento por parte do Município de Belo Horizonte, conseguiram submeter o empreendimento ao licenciamento estadual. Dessa forma, como medida compensatória, foram obrigados a depositar o valor de R\$3.000.000,00 em juízo. Esse depósito ainda se encontra em conta judicial, e o dinheiro está se valorizando.

Causa-me enorme alegria informar que, na semana passada, assinamos o termo de compromisso. Após inúmeras reuniões, ficou acertado que os empreendedores do Vila da Serra vão fazer um aporte de recursos para garantir a trincheira de retorno na MG-30, sentido Nova Lima - Belo Horizonte, BR-356. A construção dessa trincheira ficará em aproximadamente R\$8.000.000,00, mas será feita sem um centavo de recurso público. Eles usarão o seu "know how", dispensando licitação por não se tratar de recurso público, utilizarão os R\$3.000.000,00 depositados pelo BH Shopping e investirão o restante - cerca de R\$5.000.000,00. Entregarão ao morador de Belo Horizonte, sobretudo do vetor sul, aqueles que residem em Rio Acima, Nova Lima e adjacências, essa tão esperada obra que o governo federal não foi capaz de fazer, honrando sua promessa.

Além disso, trago outra grande notícia proveniente desse acordo. Eles também vão arcar com R\$800.000,00 para fazer algo que é fundamental e que gestores sucessivos desconsideraram.

Por isso houve ocupação desordenada em vários locais, como em Belo Horizonte, onde há residências unifamiliares e multifamiliares - comércio e residência multifamiliar em um mesmo espaço, fazendo com que nós, cidadãos, soframos com o impacto arquitetônico, ambiental, visual, sonoro e de trânsito.

O que vamos fazer lá? Vamos realizar um estudo. Assim saberemos planejar e elaborar a ocupação do solo, futuras intervenções em áreas para garantir o recurso. Espero que no futuro o poder público honre o seu dever e arque com as futuras intervenções. O fato é que, com o esforço e a seriedade do Ministério Público, a galhardia dos representantes das associações de bairros e o compromisso dos construtores com a cidade, conseguimos finalmente viabilizar essa importante obra para a cidade.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Obrigado, Deputado Fred Costa. Isso é uma vitória. Ficamos aguardando o dinheiro de mentirinha do governo federal. São um monte de mentirinhas do governo federal. O que realmente ficou foi o dinheiro da expansão do BH Shopping e agora dos empreendedores, da liberação do Vale do Sereno que o Prefeito do PT fez irresponsavelmente. Agora os empreendedores terão de pagar uma obra de aproximadamente R\$8.000.000,00, que melhorará o trânsito da região. Quero dizer que ficamos esperando o dinheiro do governo federal, que dizia que era hoje, amanhã. Dilma anuncia.

Isso é como a casa dela, o Minha Casa, Minha Vida. Estamos ingressando com um requerimento para que o Ministério Público investigue as casas construídas pelo governo federal em Governador Valadares. As casas são de mentirinha, estão desmanchando, Deputado Fred Costa. Peço que V. Exa. assine esse requerimento com o Deputado Célio Moreira. Estamos encaminhando ao Ministério Público para que investigue o governo federal pelas casas de mentirinha que construiu. O governo federal, V. Exa. expôs isso muito bem, está ficando especialista em mentiras. Anunciaram a Rede Cegonha. Por que o Anastasia, o nosso Governador, está criando o Mães de Minas? Porque todo o mundo sabe que cegonha é de mentira, quem cuida da criança é a mãe mesmo, é ela quem espera, amamenta e cria. Não existe essa coisa de cegonha. O governo federal vem com um monte de mentirinhas, como o dinheiro para a trincheira do Belvedere. A luta foi de Bira, da Associação dos Amigos do Belvedere, do Valmir, do nobre e incansável Promotor Luciano Badini e também, Deputado Sávio Souza Cruz, do Deputado Fred Costa, que desempenhou importante papel. Estão todos lutando pela trincheira do Belvedere, como o Vereador Heleno, menos o governo federal, que é mentirinha. Convoco a todos da base de sustentação do governo na Assembleia a ingressarmos com ação no Ministério Público para que o PT, o PMDB, o governo federal expliquem por que as casas construídas com dinheiro público em Governador Valadares estão-se desmanchando. Isso é uma irresponsabilidade. Vamos à Justiça para que o governo federal dê explicações sobre aquelas casas de mentirinha.

Parabéns, Deputado Fred Costa, isso é uma grande vitória, não de V. Exa., mas de Belo Horizonte e contra o PT de Nova Lima, o Prefeito Carlinhos, que irresponsavelmente permitiu a construção de tudo naquela região, provocando caos no trânsito e na vida da pessoas. Parabéns.

O Deputado Fred Costa* - Obrigado, Deputado João Leite. Restam-me apenas 2 minutos e 50 segundos. Ficamos entusiasmados diante dessas notícias tão boas, que não são corriqueiras, diante da incapacidade, sobretudo, do poder público, do governo federal. Quero fazer coro com o Deputado João Leite. Deputado, pisme: quando garantiram que estava incluído no PAC o recurso para essa obra, fui a Brasília para ter certeza disso. Deparei com a seguinte notícia: o recurso garantido para a obra era de R\$400.000,00.

Agora estamos diante de um milagre. Jesus Cristo multiplicou os pães, o governo federal multiplicaria os R\$400.000,00 e faria deles R\$30.000.000,00 para a tão esperada obra. Diante da notícia que tivemos, não nos restou alternativa senão garantir junto à iniciativa privada o recurso para fazer a obra.

Já lhe concederei aparte, nobre Deputado. Também queria externar minha alegria e dividir com os colegas a notícia de que conseguimos também a revitalização do Conjunto IAPI sem gastar um único centavo de recurso público.

Como não disponho de mais tempo, vou-me inscrever novamente para mostrar aos colegas como foi essa construção, a fim de buscarmos essa alternativa também para outras necessidades do Estado.

Antes de conceder aparte, citarei rapidamente algo que inicialmente foi motivo de preocupação de minha parte. Procurei certificar-me sobre as denúncias feitas no jornal "O Tempo", porque tenho enorme apreço e admiração pelo modelo implementado pelo Governador Aécio Neves, modelo que tem continuação com o Prof. Anastasia, competentíssimo técnico e político. Tais denúncias referem-se ao fato de que o governo do Estado teria jogado fora material valioso. Graças a Deus, procurei a Funed e obtive o que esperava de um governo transparente e comprometido com o desenvolvimento, que tem seriedade no trato do recurso público. Eles me apresentaram todas as informações necessárias para que não pare qualquer tipo de dúvida.

Quero dizer aos colegas que a linha de produção dos medicamentos da Funed está paralisada desde 2004, ano em que eu e Paulo Lamac fomos eleitos Vereadores em Belo Horizonte. Sr. Presidente, para concluir, a partir desse período, o próprio jornal traz essa informação, eram necessárias algumas reformas no espaço para adequação. Assim foi feito pela Funed. A partir disso, o que deveria ser feito? Garantir que fossem fornecidos os xaropes e outros itens que necessitavam da sacarose para serem feitos pela Funed ou por



terceiros. O que aconteceu? Em 2005 e 2006, como prevê a lei, foi feita licitação. Nesse contrato, à empresa vencedora cabia somente fazer o remédio. Ela receberia a matéria-prima da Funed. O que a Funed fez? Comprou a matéria-prima - a sacarose e outros componentes - também por meio de licitação. Mas, infelizmente, para prorrogar o contrato, que venceu no final do ano, a empresa pediu preços exorbitantes, que estavam em desconformidade com o mercado e que gerariam imenso ônus aos cofres públicos. O que a Funed fez? Tentou negociar insistentemente, demonstrando seu compromisso em atender o cidadão e seu respeito pelo dinheiro público. O que foi feito? Na época, a Funed acenou a outros laboratórios oficiais a possibilidade de fornecer essa matéria-prima, já que ela tem prazo de vencimento. Não havendo quem se habilitasse, procurou outros tantos laboratórios para fazer a doação e até mesmo para trocar por produtos, a fim de oferecer os remédios ao cidadão.

Infelizmente, Sr. Presidente, ninguém se habilitou a receber esse produto. O que foi feito? Todo esse produto, com o devido cuidado para não promover nenhum tipo de poluição, sobretudo, ou risco a terceiros, foi embalado e depositado no aterro sanitário, como deve ser feito. Posteriormente, o governo do Estado apresentou ao Ministério Público, a quem de direito, todas as informações. Dessa forma, não paira qualquer tipo de dúvida em relação à seriedade e ao comprometimento do governo do Estado.

Agradeço a compreensão, Presidente, e peço desculpas por ter demorado tanto. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Bruno Siqueira* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, antes de fazer meu pronunciamento, gostaria de conceder aparte ao nobre Deputado Duarte Bechir.

O Deputado Duarte Bechir (em aparte) - Deputado Bruno Siqueira, agradeço a V. Exa. Não poderia deixar de comentar um episódio relatado pela imprensa do Estado, o qual me chamou a atenção, uma vez que fato como esse é inconcebível nos dias atuais. A matéria começa ao som da música de Vinícius de Moraes: Era uma casa muito engraçada, não tinha teto, não tinha nada. Parece uma poesia, mencionando uma parte da música, que se tornou realidade para os moradores de Governador Valadares. Vejam bem: a Prefeitura de lá, em parceria com o governo federal, por meio do programa Minha Casa, Minha Vida, construiu 96 moradias. Dessas, 14 estão condenadas, conforme dados de 2010. As pessoas que estavam nas casas que corriam o risco de desabar foram retiradas de lá, pois se isso ocorresse poderia matar as famílias e suas crianças. Em decorrência de um programa - pasmem os senhores - vieram a Minas Gerais o então Presidente Lula e a candidata Dilma para inaugurarem uma das casas, que foi filmada e serviu de publicidade para o programa. Refiro-me a uma das 14 casas que estão caindo, tendo sido esta interdita pelo Corpo de Bombeiros. Isso, Sr. Presidente, não pode - e não vai - ficar dessa forma. Estamos apresentando requerimento solicitando que o Ministério Público intervenha, pois se trata de dinheiro público jogado fora. É desrespeito, além de risco à vida das famílias que compraram as casas e que lá estão morando. Essas famílias não têm a felicidade de morar em uma casa, além disso compraram a morte.

Agradeço a V. Exas. e aviso aos nobres pares desta Casa que apresentaremos requerimento ao Ministério Público, referente às 96 casas, das quais 14 estão sendo interditas. Essas casas foram construídas em 2010, não faz nem um ano. O governo veio, fez a festa e deixou famílias com o risco de morte, o que é inconcebível. Apresentaremos requerimento à Casa, porque o projeto Minha Casa, Minha vida se tornaria, nesse caso, em Minas Gerais, Minha Casa, Minha Morte. Obrigado, Deputado.

O Deputado Bruno Siqueira* - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, mineiras e mineiros, infelizmente farei um pronunciamento que não gostaria de fazer. Fui surpreendido, no último sábado, por algumas reportagens estampadas nos jornais de Minas Gerais a respeito do ex-Deputado desta Casa Legislativa e ex-Prefeito da minha cidade natal, Juiz de Fora, Alberto Bejani. Diz a manchete, de sábado último, do jornal "Hoje em Dia": "Após prisão, Bejani ensaia voltar às urnas. Caminho legal está livre. Ex-Prefeito de Juiz de Fora foi acusado em 2008 de desviar verbas públicas". E o ex-Prefeito ainda debocha: "Se continuar assim, não vejo dificuldade em ser eleito". Isso está no jornal "Hoje em Dia". Qual é o motivo de eu trazer para esta Casa tal debate e discussão? Eu o faço porque, infelizmente, as leis que estavam em vigência no Brasil, principalmente na década de 90, foram as responsáveis, assim como esta Casa - ele era parlamentar -, pelo fato de ele ter assumido mandato a partir de janeiro de 2005 e ter destruído, moral e administrativamente, a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora.

Se hoje, em Juiz de Fora, há buracos e sujeira e não ocorre o desenvolvimento que gostaríamos, sem dúvida alguma o ex-Prefeito e ex-Deputado desta Casa Alberto Bejani é o grande responsável. Preciso mostrar aos senhores parlamentares e à população de Minas Gerais o que ele fez na primeira administração, de 1989 a 1992, fruto de um processo assinado, à época, pelo então Procurador-Geral de Justiça Adjunto, que hoje é o Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, Dr. Alceu José Torres Marques.

Alguns trechos desse documento dizem o seguinte: havendo tomado posse com apenas um veículo em seu nome, dois anos após, em 31/12/90 - há mais de 20 anos -, o Sr. Alberto Bejani já era proprietário de três linhas telefônicas, três automóveis, uma fazenda, três lotes em áreas nobres de Juiz de Fora, com uma mansão edificada em um deles, animais de tração e cavalos de raça, um barco de luxo permanentemente ancorado em Angra dos Reis com o nome Até Que Enfim. O barco do Sr. Alberto Bejani, dois anos após ter tomado posse na Prefeitura de Juiz de Fora, quando não tinha nenhum bem, chamava-se Até Que Enfim. Isso além de uma emissora de rádio. Para que as senhoras e os senhores tenham noção, segundo o Ministério Público o Sr. Alberto Bejani tinha, em confronto com seus efetivos gastos mensais, despesas financeiras, nenhum lastro em relação a essas contas bancárias. Em fevereiro de 1989, ele recebeu de salário NCz\$3.661,00 e gastou NCz\$7.593,00. Mês a mês, existia um grande aumento dos seus gastos, sendo que, em janeiro de 1990 - um ano depois -, como tínhamos inflação, ele recebeu de salário NCz\$32.000,00 e gastou - despesas a descoberto - NCz\$6.564.708,00. Em dezembro de 1990, ele recebeu NCz\$700.000,00 em salário e gastou NCz\$20.000.000,00 a descoberto.

Por que trago isso aos nobres pares? Porque esse processo até hoje não foi julgado. Não estou dizendo que ele é culpado nem que é inocente, mas a Justiça tem que julgar e determinar se ele é culpado ou inocente em relação ao primeiro processo. Após isso, ele foi eleito Deputado Estadual, esteve nesta Casa, e, infelizmente, como Prefeito de Juiz de Fora; foi preso, destruiu a Prefeitura de Juiz de Fora moralmente e administrativamente.

Aí ocorrem duas situações: um contrato com o chamado Grupo Sim, um processo que está na Justiça. Esse contrato merece especial atenção. Denunciamos esse contrato em 2007 junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, solicitamos uma CPI em 2007 e, em 2008, numa CPI, provamos que existiam várias irregularidades, porque o Grupo Sim foi contratado pela Prefeitura de Juiz de



Fora por R\$6.000.000,00, sem licitação - pasmem, Srs. Deputados -, renovando o contrato por mais R\$6.000.000,00, até que o ex-Prefeito foi preso. Hoje isso é objeto de um processo.

Para ficar mais claro tudo o que estou dizendo e como esse cidadão está hoje, uma vez que a Ficha Limpa não está valendo para quem ainda não teve uma condenação, ele renunciou ao mandato, parecendo que para ele a Ficha Limpa iria valer. Esse cidadão foi pego num vídeo, e é só acessar o “youtube” e buscar, “Alberto Bejani”, que qualquer cidadão poderá verificar.

Nesse vídeo ele diz: “Não, a primeira tarifa não. O primeiro aumento é meu”. Esse vídeo diz respeito ao momento em que o Sr. Alberto Bejani conversava com um empresário de empresas de ônibus de Juiz de Fora, negociando o aumento da tarifa de ônibus. Naquela data, a tarifa de ônibus de Juiz de Fora passou de R\$1,30 para R\$1,55, ou seja, um aumento de R\$0,25. Então, R\$0,25 multiplicado por oito milhões de pessoas que utilizam por mês o transporte coletivo, perfaz um total de R\$2.000.000,00, que as empresas de ônibus receberiam naquele momento. Quando diz “Não, a primeira tarifa não. O primeiro aumento é meu.” estava induzindo uma negociação em que R\$2.000.000,00 poderiam ir para o seu bolso. Isso está no relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal de Juiz de Fora, está no “youtube”, é só os senhores e as senhoras verificarem “Alberto Bejani”, foram negociações sobre a tarifa de transporte coletivo urbano, envolvendo a população de Juiz de Fora. Quem pagou essa negociata, infelizmente, foi o povo de Juiz de Fora, as pessoas que utilizam o transporte coletivo urbano naquela cidade.

É um absurdo verificarmos, pelos jornais, que esse cidadão quer ensaiar uma volta às urnas. A Justiça precisa definir-se, julgar o primeiro processo. Faz quase 20 anos que ele saiu da Prefeitura de Juiz de Fora pela primeira vez. É preciso que os outros processos relacionados à sua segunda prisão sejam julgados. Há esses indícios fortíssimos de irregularidades que ocorreram na segunda administração.

Então, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, precisamos esclarecer isso. Os parlamentares desta Casa têm de saber quem é Alberto Bejani. Os dirigentes partidários de Minas Gerais têm de saber quem é Alberto Bejani. A Justiça precisa julgá-lo, determinar se é inocente ou culpado, mas precisa julgá-lo. A cidade de Juiz de Fora, os cidadãos da minha cidade Natal, a população de Minas Gerais conchama para que seja julgado. Pode ser absolvido ou condenado, mas que não fique sem um julgamento, que queremos isento. Não queremos que ele seja condenado. Queremos que seja julgado.

Infelizmente, vai-se protelando o julgamento. Fará 20 anos que ele saiu da primeira administração para retornar à Prefeitura e fazer tudo que fez, destruindo a nossa cidade de Juiz de Fora e debochando daquela população nesse vídeo do “youtube”. É só as senhoras e os senhores verificarem.

Então, Sr. Presidente, é muito importante que possamos, exatamente, alertar os dirigentes partidários de Minas Gerais, os parlamentares desta Casa. Esperamos mesmo que a Justiça possa acelerar esse processo, fazer um julgamento isento e, sobretudo, dar uma resposta à sociedade mineira e brasileira, para que aqueles que exerceram um cargo público, que administrarem um Município não utilizem isso para o bem próprio.

A Deputada Liza Prado (em aparte)* - Primeiramente, Deputado, cumprimento-o e quero dizer que suas palavras são eloquentes e fazem com que a cidadã e o cidadão do Estado de Minas Gerais reconheçam que podem contar com um Deputado preocupado com sua cidade e com seu Estado.

Agradeço o aparte. Essa transparência e essa conversa com a população são fundamentais.

A exemplo do discurso que fez em Juiz de Fora, Contagem é um assunto que me tem preocupado muito. Abri um jornal de Contagem do mês de abril e fiquei impressionada com a matéria “Caos na administração. Sind-UTE denuncia erro generalizado e contínuo no pagamento de servidores”.

Deputado Bruno Siqueira, se não houver Deputados e Deputadas que realmente utilizem esta tribuna, como o senhor fez, para defender o povo de Minas Gerais, especificamente o de Juiz de Fora, fica difícil para professores e para a população verem seus problemas, não ficarem na invisibilidade e não caírem na indiferença administrativa. É importante que o que foi dito realmente seja levado em conta para demonstrarmos que estamos atentos aos problemas da população.

Imagine que centenas de servidores de Contagem tiveram atraso em seu pagamento. Isso parece brincadeira de 1º de abril, mas não é. A população e servidores públicos de Contagem ficaram indignados com a nova empresa de recursos humanos, que, no início de fevereiro, por erro, deixou de pagar a centenas de funcionários da Prefeitura. Pensamos que são simples erros, pois erros acontecem, Deputado Bruno Siqueira. No entanto, por incrível que pareça, esse não foi um erro simples. Acredite, em março novamente ocorreram mais problemas para os servidores públicos, professores, professoras e cantineiras. Essa gente sofrida teve parte de seu salário retido, não receberam tudo a que tinham direito porque ocorreram problemas no sistema. Parece que não existe uma pessoa responsável pelo sistema, para que o sindicato se responsabilize pelo erro.

Deputado Bruno Siqueira, gostaria de pedir mais 1 minuto para ler a matéria do jornal para que a mesma fique registrada nos anais desta Casa. Além disso, peço tolerância por parte da Mesa, serei rápida. O pronunciamento do Deputado é importante para esclarecer que é possível existir uma Casa Legislativa que se preocupe com o seu povo. Não podemos permitir que aconteça em Contagem o que aconteceu em Juiz de Fora. Contagem está com um problema gravíssimo: contrataram uma nova empresa de recursos humanos. Gostaria de saber de que forma essa empresa foi contratada e qual foi a técnica de seu trabalho, já que causou tantos problemas aos servidores.

Sr. Presidente, utilizando o momento que me concedeu e adentrando no assunto da transparência, lerei rapidamente a matéria do jornal: “Antes fosse uma brincadeira de 1º de abril, mas infelizmente, o caos que se instalou no setor de recursos humanos da Prefeitura de Contagem é a mais pura verdade”. Assim começa a correspondência enviada pelo Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Contagem - Sind-UTE -, denunciando o que se chama de caos na Prefeitura”. O senhor bem percebeu o caos ocorrido lá e o tanto que é ruim ter o nome da nossa cidade no jornal, mas, infelizmente, é preciso falar. “Segundo o sindicato, pelo terceiro mês consecutivo, os servidores são desrespeitados nos seus direitos mais elementares, ficando sem receber seus vencimentos ou recebendo valores errados. E a maioria não consegue sequer entender o que está descrito em seu contracheque. ‘É possível que ocorra,



eventualmente, uma falha no lançamento de dados, mas o que tem acontecido na Prefeitura nos últimos três meses é o erro generalizado e contínuo. E o pior é que ninguém se responsabiliza por ele”.

Deputado Bruno Siqueira, conforme se pode ver, ficamos indignados e nos perguntamos: como é possível acontecer um caos desses numa cidade? É importante defender o nosso povo e nossos servidores e falar a verdade, doa a quem doer, pois a Prefeita de Contagem é uma pessoa maravilhosa e fez um trabalho brilhante. No entanto, colocou o pé na jaca e tem metido as mãos pelos pés fazendo coisas que não deveria. Isso ocorreu não apenas nesse caso, mas no das Funecs, que foram fechadas. Como se não bastasse a falta de valorização da educação, ainda por cima percebemos que a culpa foi jogada em um programa de computador, o que é mais grave.

Gostaria de citar apenas mais três linhas da matéria: “No mesmo período, cada servidor teve que comparecer ao setor de recursos humanos e gastar horas numa fila para pegar uma autorização”. E o que é pior, Sr. Presidente, mudanças na nomenclatura dos cargos apareceram no contracheque, vários Diretores foram desfiliaados do sindicato, além de ocorrer descontos de Imposto de Renda sobre gratificação, o que é inconstitucional. Acha que uma empresa dessa tem capacidade técnica para cuidar da vida do povo?

Para encerrar, já agradecendo à Mesa a tolerância e aos Deputados a paciência, creio que é importante intercedermos, encontrarmos soluções e sabermos investigar. Que empresa nova é essa que não tem capacidade para rodar um contracheque? Que capacidade tem essa empresa que não consegue nem ter uma folha do recurso humano para emitir o salário do servidor? Em vez de descontar no INSS desconta no sindicato e em outros serviços. Esses erros banais e grosseiros põem em risco a vida de todos os servidores.

Sr. Presidente, agradecemos novamente a paciência e tolerância. É possível utilizarmos esta tribuna para defender o nosso povo. Deputado Bruno Siqueira, parabéns. Em defesa do povo de Contagem e Juiz de Fora, agradeço-lhe por conceder-me este aparte. Espero que investiguemos essa empresa que não tem capacidade para mexer com a folha de pagamento nem de emitir um contracheque correto, prejudicando o sindicato e o servidor. Como se não bastasse, fechou várias Funecs. Todos os dias falarei sobre isso. Enquanto não reabrirem todas elas, não me calarei para defender o povo de Juiz de Fora e de Minas Gerais. Certamente o Deputado Bruno Siqueira também não.

O Deputado Bruno Siqueira* - Obrigado, nobre Deputada Liza Prado. Sr. Presidente, obrigado. Boa tarde a todos.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Célio Moreira - Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, cumprimento todos aqueles que acompanham nossos trabalhos em Plenário pela TV Assembleia, assim como os visitantes da Assembleia Legislativa. Na parte da manhã, Deputados João Leite e Bonifácio Mourão, relatamos, mais uma vez, o que foi anunciado pelo grande jornal de Minas sobre a situação das casas em Valadares. Estive pensando, Deputado Bonifácio Mourão, que ela parece com aquela história dos três porquinhos: Palhaço, Palito e Pedrito. O Lobo Mau soprou a casa do Palhaço e este correu para a casa do Palito, que sentiu um pouco de segurança. Só que o Lobo Mau soprou e derrubou a casa do Palito. Então os dois correram para a casa do Pedrito, que era feita de pedra. O Lobo Mau a soprou, mas ela não caiu. Só que as casas que foram entregues em Valadares não são como a do Pedrito. Na verdade, não é preciso soprar muito, pois essas casas estão caindo. Fui aqui questionado pelo Deputado da Oposição dizendo que o governo de Minas não tinha construído casa. Gostaria de dar uma informação. Desde 2005, na excelente administração do ex-Governador Aécio Neves, que hoje é nosso Senador e Líder no Senado Federal, foram entregues 25.846 casas. Aliás, Deputado Duarte Bechir, no dia 14 de abril, serão entregues 30 casas na cidade de Iraí de Minas; e, no dia 15, mais 30 em Bom Jardim de Minas. Com essas 60 residências, serão entregues 25.906 casas pelo governo de Minas Gerais. Outras 5 mil estão sendo construídas em todo o Estado. Então, somadas, de 2005 até o final de 2011, serão entregues mais de 30 mil casas. Portanto não é verdadeiro o que foi dito aqui, que o governo não entregou nenhuma casa. Há os dados. Deputado André Quintão, essa é uma informação, porque houve Deputado que disse aqui que o governo não as entregou. E posso garantir, Deputado Duarte Bechir: se o Lobo Mau soprar, a casa não cai. As famílias estarão protegidas, seguras, e, com certeza, satisfeitas.

Foi no período da manhã também, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, discutida a questão do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - Fhidro - e do Bolsa Verde, que não foi e não está sendo feito nada. Então, para conhecimento de V. Exas., de todos os que acompanham nossos trabalhos pela TV Assembleia e dos que visitam a Assembleia Legislativa, gostaria de prestar algumas informações sobre o que está acontecendo. Há alguns Deputados da Oposição que, no dia em que não falam mal do ex-Governador Aécio Neves, não ficam contentes. E há Deputado que está, todo dia, falando mal do Governador e perdeu a eleição passada porque o povo não acreditou e não estava acreditando no que ele dizia. Então existe aquela situação em que o Hitler batia na mentira para tentar fazer com que virasse verdade. E há também aquelas pessoas que acham que para a sua luz brilhar é preciso apagar a luz dos outros. Portanto, estamos aqui para trazer a verdade. Houve relatos de Deputados falando mal da imprensa mineira, que é respeitada não só no Brasil, mas em todo o mundo; de jornais e de jornalistas. Estão tentando passar uma mentira que todos os que acompanham os trabalhos da Assembleia Legislativa sabem que não é verdade. O governo do Estado de Minas Gerais, conduzido pelo Governador Anastasia, é democrático, transparente. E o ex-Governador Aécio Neves, hoje nosso Senador, fez um trabalho com toda transparência, por isso obteve excelente votação no Estado e hoje representa Minas Gerais, despontando como grande liderança nacional. Deputado Bonifácio Mourão, como V. Exa. sabe, o Fhidro tem por objetivo dar suporte financeiro a projetos e programas que promovam a racionalização do uso da água e a melhoria dos cursos d'água. Criado em 1999, o Fhidro foi regulamentado em 2006 pelo Decreto nº 44.314 e pela Resolução Conjunta Semad-Igam nº 817. O Fhidro é subsidiado pelo Orçamento do Estado, que é a principal fonte, pela transferência de fundos federais e verbas provenientes e pela cota de 50% destinada ao Estado a título de compensação financeira por áreas inundadas por reservatórios para geração de energia elétrica. Para 2011, Deputado Bosco, o Fhidro tem um orçamento de 30 milhões: para projetos que contemplem ações voltadas para cadastro de usuários de recursos hídricos, de 2 milhões. E mais: para sistema sobre recursos hídricos, 3 milhões; recuperação de nascentes, áreas de recarga hídrica, áreas degradadas e vegetação de matas ciliares, 8 milhões; saneamento, 5 milhões; convivência com a seca, 10 milhões; e demandas espontâneas, 2 milhões.



O prazo para apresentação dos projetos terminou no dia 15/11/2010, e 66 projetos estão em análise. Até março deste ano foi aprovada a execução de oito novos projetos, com investimentos de R\$7.200.000,00, beneficiando as Bacias dos Rios Paraopeba, Paraíba e Verde Grande, Riacho da Ponte e a sub-bacia do Ribeirão dos Burros. No total, 107 projetos já foram aprovados e estão em execução. Deputado Duarte Bechir, em 2009 houve um repasse de recurso do Fhidro para as obras dos Municípios mineiros afetados pelas precipitações naturais de 2008 e 2009. A execução se deu mediante um acordo de cooperação, firmado entre as Secretarias de Meio Ambiente e de Transporte e Obras públicas, baseado na lei que instituiu o fundo. A norma prevê a utilização de seus recursos para a execução de obras emergenciais de controle de erosão do solo e de prevenção de inundações.

E aí o Bolsa Verde está sendo muito questionado. Foi apresentado requerimento solicitando informações ao governo. Informo que tenho essas informações aqui e posso passá-las. O programa Bolsa Verde foi instituído pela Lei nº 17.727, de 2008, e regulamentada pelo Decreto nº 45.103, de 2009, com o objetivo também de estimular e premiar posseiros e pequenos agropecuaristas, mediante o pagamento por serviços ambientais. Portanto, temos aqui as cidades e os projetos aprovados. Antes de levar mais informações ao conhecimento de V. Exas., concedo aparte ao Deputado Duarte Bechir.

O Deputado Duarte Bechir (em aparte) - Deputado Célio Moreira, não poderia deixar de compartilhar com V. Exa. este momento. O que faz a Oposição a todo instante é trazer denúncias vãs, infundadas, descabidas e opositivas, a fim de conturbar e desmerecer o crescimento vertiginoso de Minas Gerais. V. Exa., ao trazer os números ao conhecimento dos demais pares, como também à boa parte dos mineiros por meio da TV Assembleia, dá amostra de como deve ser feito um trabalho que preza, primeiramente, pela responsabilidade da informação e pela sua credibilidade. Portanto, V. Exa. nos brinda com credibilidade, pela publicação dos dados que estão à disposição e que não precisariam ser fruto de requerimento. Hoje V. Exa. presenciou que, ao se discutir o requerimento, antecipava-se o julgamento da questão, mas V. Exa. traz os números de forma clara. Deputado Célio Moreira, faço parte com V. Exa. da Comissão de Meio Ambiente, quero tão somente, visto que o tempo está escasso, parabenizá-lo, porque isso é trabalhar de forma coerente e, acima de tudo, responsável. Parabéns pelo pronunciamento.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Deputado Célio Moreira, também queremos compartilhar com o pronunciamento de V. Exa. A exemplo do Deputado Duarte Bechir, não queremos tomar muito do seu precioso tempo que está sendo tão bem aproveitado. Queremos dizer-lhe que a Oposição perdeu uma boa hora de ficar calada, quando quis obstruir a votação do requerimento do Deputado Almir Paraca, pois fez uma série de críticas ao governo, quando estávamos preparados para aprovar o requerimento, que, como V. Exa. assinalou bem, nem mesmo era necessário. Mas, uma vez feito, estávamos prontos a aprová-lo, e veio a Oposição a fim de obstruir sua votação. E o que aconteceu? Deu-nos a oportunidade de mostrar os feitos dos governos Aécio Neves e Anastasia, principalmente na área do Bolsa Verde, com os recursos do Fhidro, conforme V. Exa. está nos mostrando. V. Exa. sabe que não estamos aqui para ficar falando o tempo inteiro sobre as grandes obras feitas por Aécio e Anastasia, que transformaram o Estado de Minas Gerais. Mas, uma vez provocados, temos de falar, e é o que V. Exa. está fazendo. Depois poderemos falar sobre o Projeto Travessia, o Poupança Jovem, bem como sobre os recursos de mais de R\$200.000.000.000,00 atraídos para Minas Gerais por meio de Aécio Neves e Anastasia. Falaremos sobre os grandes projetos do governo Anastasia para Minas Gerais. Se provocados, estaremos sempre presentes. A Oposição quer fazer a nossa agenda, no entanto, fique tranquilo, porque não fará. Nós faremos a nossa agenda.

O Deputado Célio Moreira - Obrigado, Deputado Bonifácio Mourão. Ainda ficam perguntas, como: “Então, quanto o governo investiu? Sr. Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, de 2006 a 2010, por meio do Fhidro, o governo de Minas investiu R\$175.000.000,00 em 99 projetos de diversas áreas, os quais visam a melhorar a qualidade das águas do Estado. O investimento previsto, que inclui o aplicado, é da ordem de R\$253.500.000,00. Desse total, R\$230.700.000,00 são provenientes do próprio Fundo e R\$22.700.000,00 correspondem à contrapartida dos executores dos projetos. Em 2010 foram liberados R\$27.500.000,00 para projetos e, em 2011, já foram liberados R\$10.600.000,00. Agora pergunto: Quais regiões e cidades receberam? Está aqui, Deputado Bonifácio Mourão. De acordo com os dados do Sistema Estadual de Meio Ambiente - Sisema -, dos 99 projetos em execução pelo Fhidro até 2010, 53 são provenientes da Bacia do São Francisco; 15 da Bacia do Rio Grande; 10 do Rio Doce; 3 do Vale do Jequitinhonha; 2 do Paraíba do Sul; 4 do Norte de Minas; e 9 de abrangência estadual. Com um projeto cada, a Bacia do Rio Pardo e as regiões Leste e Paraíba também estão contempladas. Os oito novos projetos aprovados em 2011 beneficiam as Bacias dos Rios Paraopeba, Paraíba, Verde Grande, Riacho da Ponte e a sub-bacia do Ribeirão dos Burros. Sr. Presidente, as linhas temáticas dos projetos são voltadas para a recuperação de nascentes, áreas de recarga hídrica e áreas degradadas, revegetação de matas ciliares e obras de saneamento. No caso do Bolsa Verde, as 861 propostas recebidas contemplam todo o Estado. Entre os Municípios que mais apresentaram interesse de participar do Programa Bolsa Verde, estão Janaúba, Januária e Jaíba, no Norte de Minas, e agropecuaristas das regiões de Aimorés, Juiz de Fora e Matias Barbosa. Há alguns detalhes que gostaria de abordar, mas o meu tempo acabou. Infelizmente não poderei conceder um aparte ao meu amigo Deputado André Quintão. Sr. Presidente Dalmo Ribeiro Silva, tenho outros dados para informar, mas desde já agradeço pelo tempo que V. Exa. me concedeu. Deputado Bonifácio Mourão, se a Oposição não quer aprovar o requerimento do Deputado Almir Paraca, peço aos nobres pares que o aprovemos para que o Deputado tenha respostas para apresentar e dar publicidade à excelência de investimento, dos trabalhos e a transparência que o governo do Estado de Minas Gerais vem desempenhando.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, tive a oportunidade de integrar a Comissão Especial que discuti essa indicação até em uma sabatina. Tratamos de várias questões relacionadas ao papel dessa Agência Reguladora importante, que trata do serviço de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Estado. Obviamente sabemos que a Agência é autônoma, mas há uma indicação feita pelo Governador, que achou por bem indicar o Sr. Antônio Abraão Caram Filho, que já passou por vários órgãos públicos como funcionário efetivo e como comissionado. Não fazemos nenhum questionamento de natureza impeditiva do ponto de vista da aprovação do nome dele. Então, votaremos favoravelmente, aqui, em Plenário.

Discutimos muito na Comissão Especial, o que para mim é o fundamental, o papel da Agência e questões relacionadas ao esgotamento sanitário e ao sistema de abastecimento de água no Estado de Minas Gerais. Eu não perderia a oportunidade de refazer



essa discussão em Plenário, com as Deputadas e os Deputados aqui presentes. Em primeiro lugar, há em Minas Gerais, desde 2007, autorização para criação de subsidiária da Copasa. Foi então criada a Copanor, subsidiária dirigida para o abastecimento de água e esgotamento sanitário na região do Semiárido mineiro. Questionamos os representantes da agência reguladora designados e, no dia da sabatina, indicados, sobre o que a Copanor não vem fazendo no Estado. Repetirei aqui porque é importante que os Deputados e os telespectadores da TV Assembleia saibam, Deputado Duarte Bechir, que em Minas Gerais comunidades de até 200 habitantes não são cobertas pelo sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Estou há dias esperando uma manifestação aqui, em Plenário, de alguém do governo sobre o motivo de uma subsidiária, criada com tal finalidade, não prover de água tratada, elemento básico para a vida humana, centenas de comunidades pobres do nosso semiárido, particularmente no Mucuri e no Jequitinhonha.

A lei que a Assembleia aprovou é clara; a Copanor tem obrigação de prover esse abastecimento em Municípios de até 5 mil habitantes. Ela não fala que em cidades de até 200 habitantes a Copanor não deve atuar. Qual o critério que inspirou essa aberração desumana por parte da ação da Copanor? Esse é um aspecto cuja cobrança gostaria de renovar. Queremos que uma ação prevista no Plano Plurianual, para o ano de 2011, de implantação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário para comunidades com até 200 habitantes seja efetivada pela Copanor. Tenho certeza de que o próprio Governador exigirá essa atuação da Copanor, porque é inimaginável que uma empresa subsidiária da Copasa não atenda comunidades com até 200 habitantes. Você, telespectador, que acompanha de casa os trabalhos da TV Assembleia, imagine seus familiares com sede, imagine você morando em uma região sem sistema de água tratada pelo Estado. Tenho visitado comunidades no semiárido mineiro onde as pessoas estão separando barro da água e fervendo a água para cozinhar, para fazer almoço e para o lanche das crianças. Isso é desumano. Votarei favoravelmente à indicação da pessoa que o Governador encaminhou para a Arsae, o que já aprovei na Comissão de Participação Popular. Por que não obstruiremos essa indicação? Porque já há requerimento aprovado para visita ao Diretor da Arsae, para solicitar a ele que exija da Copanor o básico, ou seja, o cumprimento da lei. Queremos que ele atenda às comunidades do semiárido mineiro que não possuem sistema de abastecimento de água e de esgoto.

Há outra questão que também cobraremos da Arsae. Existem Municípios onde a Copasa está fazendo acordos. Já assumiram o sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário e já estão, Deputado João Leite, cobrando antecipadamente uma taxa de esgotamento sanitário sem o serviço estar efetivamente implantado. Recebi denúncia nesse sentido do Vereador José Luiz, da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso, e já aprovamos na Comissão de Participação Popular audiência na Arsae, provavelmente com o Dr. Antônio Abrahão Caram Filho, que será aprovada por este Plenário, porque a lei é muito clara, não se pode cobrar antecipadamente por um serviço que não foi prestado. Se a Copasa demorar um ano, um ano e meio ou dois anos para efetivar o serviço de tratamento de esgoto sanitário de São Sebastião do Paraíso, ela não pode cobrar do usuário por um serviço que não está sendo efetivamente prestado.

Outra questão é a tarifária. No ano passado, as tarifas da Copanor referentes à região do semiárido mineiro acompanharam o índice de reajuste da Copasa. Vejam a injustiça. Aqui a Copasa tem um determinado custo. Lá no semiárido, a justificativa para criar a subsidiária é que poderia ser feito um mesmo serviço com custo mais baixo, por questões de mercado, de remuneração de pessoal etc. Queremos que neste ano qualquer tipo de reajuste naquela região seja feito às claras, com muita transparência, com as planilhas adequadamente fiscalizadas pela Agência Reguladora de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário.

Já temos aí duas questões graves para que essa agência sobre elas se debruce. Estou repetindo isso porque fiz esses questionamentos ao Diretor designado e já indicado para assumir o cargo na Arsae. Repito: primeiro, qual foi o fundamento jurídico e político que orientou a decisão da Copanor em não fornecer sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário às comunidades com menos de 200 habitantes, em São Mateus, em Mucuri e no Jequitinhonha? De onde partiu essa decisão e em que instante ela foi tomada? Ao arripio da lei, de 2007, aprovada por esta Casa. Segundo: por que, em alguns Municípios onde a Copasa está assinando contratos para assumir o sistema de água e esgoto, ela já está sinalizando que embutirá na tarifa a cobrança por um serviço que ainda não está sendo efetivamente prestado? Essa é outra pergunta. De acordo com a jurisprudência e as decisões do nosso Presidente - o Deputado Dalmo Ribeiro Silva é um exímio conhecedor da seara jurídica e sabe muito bem disso -, não se pode cobrar por um serviço que ainda não está sendo efetivamente prestado. Então, queremos também que a Arsae cumpra o seu papel de cobrar a responsabilidade da Copasa e, no interior, da Copanor.

Sr. Presidente, votarei favoravelmente, mas me parece que não há quórum suficiente. Queria votar agora para amanhã já podermos fazer a audiência na Arsae; o requerimento para isso já foi aprovado na Comissão de Participação Popular.

* - Sem revisão do orador.

26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 14/4/2011

O Deputado Zé Maia* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o que nos traz à tribuna desta Casa é um assunto que interessa a todos os mineiros e, acredito, a todo o nosso país. Estamos falando da carga tributária, sobretudo a federal, que assola a nossa nação. Entra ano, sai ano, temos recorde de arrecadação da receita federal, cada vez mais concentrada na União, em prejuízo dos Estados e dos Municípios, sobretudo quando se criam as contribuições sociais, que não são repartidas com esses entes.

Durante a campanha eleitoral, a Presidente Dilma Rousseff se comprometeu publicamente a reduzir os impostos na conta de luz dos brasileiros. Por isso, digo que essa medida afeta todos os consumidores de energia do País e do Estado. Caros Deputados e caras Deputadas, o governo federal cobra cerca de 14 diferentes tributos na conta de luz dos brasileiros, até mesmo dos mais humildes. Todos estão incluídos nessa cobrança.

Em Minas Gerais, diferentemente, o governo do Estado concede uma das maiores isenções de impostos na conta de luz. Talvez a maior isenção de tributos estaduais na conta de energia seja a do Estado de Minas Gerais. Em nosso Estado, metade das famílias não paga imposto estadual na conta de luz, ou seja, 50% da população de Minas, enquanto o governo federal cobra 14 impostos de todos



os brasileiros, dos mais humildes aos mais ricos. Srs. Deputados e Sras. Deputadas, vejam que dado interessante: se o governo federal seguisse o exemplo de Minas, as contas das famílias de baixo consumo poderiam ser até 25% mais baratas que as pagas hoje, o que representa um quarto do valor, caro Deputado Bonifácio Mourão. Seriam 25% menos na conta de energia de cada cidadão mineiro, se o governo federal seguisse o exemplo do governo de Minas Gerais.

É importante informar que entidades representativas de consumidores, investidores e empresas do setor de energia, sob o comando da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres - Abrace -, estão fazendo um manifesto público a ser encaminhado ao governo federal contra a prorrogação da cobrança do encargo chamado - e é importante prestarmos atenção neste nome, pois é uma sigla pequena, mas que representa muito para o bolso do povo brasileiro - Reserva Global de Reversão, mais conhecida no setor pela sigla RGR, que é cobrado na conta de luz de todos. A RGR foi criada para constituir um fundo para gastos da União com indenizações de eventuais reversões de concessão de serviços de energia elétrica e assombra as contas de energia elétrica no Brasil desde 1957, quando foi criada.

No fim do ano passado, no último dia de seu governo, o ex-Presidente Lula deixou um presentinho para nós: nos fez o desfavor de prorrogar a cobrança da RGR até 2035. Esse foi o presente final do ex-Presidente Lula no apagar das luzes de seu mandato. Além da questão da Fiat e outros presentinhos para Minas Gerais, ele deixou esse para todos os brasileiros: prorrogou a cobrança da RGR na conta de energia até 2035, por meio de mais uma medida provisória - como é muito comum no governo federal -, que ainda deve ser analisada pelo Congresso Nacional. Por esse motivo, ainda há tempo de essa situação mudar.

Segundo a Abrace, a RGR representa aproximadamente R\$2.500.000.000,00 ao ano nas contas de luz dos consumidores. Somente em Minas Gerais, de 2003 a 2009, o governo federal arrecadou mais de R\$1.000.000.000,00 por meio desse encargo. Recursos que foram retirados das famílias mineiras, mesmo - como disse - daquelas mais humildes e com recursos mínimos para seu sustento, para engordar as contas do superávit do governo petista.

O manifesto, que já circula País afora pelo fim da cobrança desse encargo, não pode ser mais preciso e claro. Diz o documento que a extinção da RGR é fundamental para todos os consumidores de energia. Beneficiará os pequenos, propiciando-lhes melhores condições para o pagamento de suas contas. Da mesma forma, permitirá à indústria recuperar parte da competitividade perdida em razão do custo da energia, com desdobramentos positivos sobre o emprego e a renda dos brasileiros. É importante destacar isso. Num mundo globalizado, um encargo como esse, sobretudo na conta de energia das empresas, é um entrave para que o Brasil tenha competitividade com empresas mundo afora. Por essa razão, a RGR é um grande prejuízo.

O Deputado Duílio de Castro (em aparte) - Obrigado, Deputado Zé Maia. Com muita propriedade, V. Exa. traz para esta Casa dados dos quais a população precisa tomar conhecimento. V. Exa. fala sobre o governo Lula e alguns desrespeitos. Digo desrespeito porque é impossível acreditar num governo que cria um programa como o Minha Casa, Minha Vida e, na época de eleição, promete construir 1 milhão ou 2 milhões de casas, mas isso não sai do papel. Em Sete Lagoas, cidade onde moro, prometeram mais de 2 mil casas. Na verdade, há 377 casas sendo construídas, e não se sabe quando serão inauguradas.

V. Exa. fala sobre o fundo de energia elétrica. Trago aqui outro fundo que representa o maior desrespeito ao cidadão: Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - Fust. Todas as quatro operadoras pagam 1% do seu faturamento a esse Fundo. Foram arrecadados R\$20.000.000.000,00, mas o governo não aplica esse dinheiro nem toma uma posição visando a essa aplicação, a fim de trazer melhoria para a nossa telefonia móvel. Infelizmente pega todos os recursos, pois, conforme V. Exa. disse, esses recursos ficam no governo federal. Pagamos 38% referente a impostos, portanto uma das maiores taxas, e quase 60% de todos os recursos arrecadados vão para o governo federal. Os Municípios estão pedindo socorro. Estrangula-se o Município, pois é obrigado a investir na educação e na saúde, mas não se repassa a ele o recurso.

V. Exa. nos traz alguns dados, e é importante que a população os conheça. Em época de política, tudo é muito bonito, pois é possível fazer tudo. Infelizmente, depois que se ganha a eleição, não se faz nada. Esse é o governo que terminou no final do ano passado e que continua fazendo politicagem. Deputado Zé Maia, obrigado pelo aparte.

O Deputado Zé Maia* - Obrigado, ilustre colega Duílio de Castro, que acrescentou importantes informações ao nosso pronunciamento.

A Deputada Luzia Ferreira (em aparte) - Obrigada, Deputado Zé Maia. É muito oportuno trazer este debate a esta Casa. A energia elétrica não é só para o consumidor doméstico e individual, pois também tem um peso importante na cadeia produtiva, por isso onera o custo dos produtos. O PPS é um dos partidos que está ajudando a organizar esse movimento nacional pelo fim dessa cobrança, dessa taxa. Ontem, aliás, ocorreu uma reunião em Brasília, no Congresso Nacional, para falar sobre esse assunto. Quem estava presidindo esse movimento era o Deputado Luiz Fernando, Presidente da Comissão de Minas e Energia. Portanto falo da nossa adesão a esse movimento.

Estamos discutindo a nossa preocupação com o Brasil. Ficamos preocupados, porque, conforme o noticiário de hoje, praticamente nenhum aeroporto ficará pronto, ou melhor, as obras não ficarão liberadas para a Copa do Mundo. Isso acaba com toda aquela nossa esperança de internacionalizar o Brasil, de torná-lo um país conhecido e que atraia turistas, de melhorar a nossa infraestrutura para os brasileiros que continuarão morando aqui. Aliás, a situação dos aeroportos já é dramática em razão do aumento de passageiros e voos. Portanto trago essa notícia e essa nossa preocupação.

Neste momento, o governo investe no trem-bala, apesar de ser um consórcio privado com financiamento público por meio do BNDES. Uma medida provisória acabou sendo aprovada nesta semana. Foram transferidos do Tesouro R\$20.000.000.000,00 para o BNDES, com a finalidade de emprestá-los aos consórcios privados, para se transformarem em um atrativo a fim de que esses consórcios possam apresentar proposta para o trem-bala.

Creio que há equívoco de estratégia na definição do trem-bala. Precisamos é de melhorar os aeroportos e investir no transporte de massa para a população, nos metrô dos grandes centros, melhorar o transporte coletivo, para que haja transporte digno. As pessoas gastam de 2 a 3 horas por dia, dentro de ônibus, mal-acomodadas, para ir trabalhar, e o governo faz opção de financiar com dinheiro



público grupos privados para implantar o trem-bala. Então, registro minha indignação com tal definição, aliás, relegando a segundo plano, mais uma vez, o metrô de Belo Horizonte.

O Deputado Zé Maia* - Agradeço à Deputada Luzia Ferreira, que nos traz preocupantes informações, principalmente quanto à questão dos aeroportos de todo o Brasil.

O Deputado Romel Anízio (em aparte)* - Caro Deputado Zé Maia, cumprimento-o pelo brilhante pronunciamento. Às vezes é muito fácil criticar a Cemig pelo preço da energia que a empresa cobra. Muitos se esquecem de que a fixação de toda carga tributária é feita pela Aneel, que é do governo federal. Essa é a grande verdade.

Ampliando um pouco a matéria exposta, Deputado, V. Exa. participará conosco amanhã, em Ituitutaba, da entrega de obras importantes do governo Aécio-Anastasia e do governo Anastasia. Entre elas será entregue um pronto-socorro totalmente equipado. Trata-se de uma obra aproximadamente de R\$7.000.000,00, além de outras importantes obras que nem sequer foram inauguradas pelo governo. São muitas as obras que já estão a serviço da população, como a canalização do Ribeirão São José, obra realizada no governo Aécio, de R\$6.000.000,00. Há a Escola Bem-Me-Quer, uma escola magnífica, também obra do governo Aécio-Anastasia, que não foi inaugurada. Todas as escolas do Município contam com importantes obras; aliás, para as que ainda não tiveram obras, os projetos já se encontram em andamento, liberados pela Secretaria de Educação.

Como disse, Deputado Zé Maia, são obras importantes, como a Rodovia da Produção, Canápolis-Capinópolis, que também não foi inaugurada. São tantas e tantas obras que foram realizadas no Triângulo, do governo Aécio-Anastasia e do governo Anastasia, que é praticamente impossível o Governador inaugurar todas em um ou dois dias. Será um grande prazer, Deputado Zé Maia, estar a seu lado amanhã, na minha querida Ituitutaba, cidade onde fui Prefeito, onde, de todas as eleições que disputei, para Vereador, Prefeito, Deputado Federal por quatro mandatos e Deputado Estadual, em todas fui amplamente majoritário na cidade, embora às vezes enfrentando algumas adversidades. Será uma alegria estar ao lado de V. Exa. e do Governador Anastasia, para entregar à população o pronto-socorro, um modelo e exemplo que beneficiará não só a população de Ituitutaba, mas toda a região que circunda aquela cidade-polo do Pontal do Triângulo.

Essas eram as minhas palavras. Mais uma vez, meus cumprimentos pelo brilhante pronunciamento.

O Deputado Zé Maia* - Agradeço suas palavras, Deputado. V. Exa. muito bem lembrou a visita do Governador Antonio Anastasia amanhã a Ituitutaba, no Triângulo, mais uma vez inaugurando obras importantíssimas para o desenvolvimento de nossa região.

O Deputado Gustavo Corrêa (em aparte)* - Serei breve, Sr. Presidente, até porque o tempo do orador já se aproxima do final. Gostaria apenas de comunicar aos telespectadores da TV Assembleia e aos nobres colegas Deputados que ontem o meu partido, o DEM, lançou o “prometrômetro”, para a população brasileira poder acompanhar todas as promessas que a Presidente Dilma fez durante a campanha. Teremos oportunidade de acompanhar, passo a passo, se ela tem exatamente cumprido tais promessas. Espero que meu partido possa mostrar à população brasileira que a Presidente Dilma as cumpriu, não vou dizer todas, porque foram muitas as promessas, Deputado Zé Maia, que creio ser difícil, mas, se cumprir apenas 10%, tenho a certeza de que os brasileiros se sentirão felizes. Muito obrigado, Deputado.

O Deputado Zé Maia* - Certamente, Deputado Gustavo Corrêa. Para concluir, Sr. Presidente, a íntegra do manifesto e as orientações de como participar estão disponíveis no “site” www.bastadergr.com.br. O documento, publicado na internet, também é assinado por entidades como o Projeto de Energia Competitiva, a Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica, a Associação Brasileira de Geração Flexível, a Associação Brasileira de Investidores em Autoprodução de Energia, a Associação Nacional dos Consumidores de Energia, a Confederação Nacional da Indústria e o Conselho Nacional de Consumidores de Energia Elétrica.

Esta Casa, portanto, não pode ficar alheia diante de uma questão tão importante como esta. É preciso uma ação direta e objetiva para contermos a fúria pela arrecadação de impostos e pelos encargos criados pelo governo federal e preservar os interesses de nossa população. Para tanto, sugiro duas ações principais. Primeiro, vamos passar entre os colegas uma cópia do manifesto, para que todos os Deputados e as Deputadas possam aderir a ele e expressar a sua repulsa por mais essa tentativa do governo federal de perpetuar mecanismos de arrecadação de impostos e encargos que apenas penalizam e deixam os brasileiros ainda mais pobres e o Tesouro Nacional cada vez mais polpudo de reservas. Vamos enviar uma cópia desse documento às entidades promotoras do manifesto, bem como às nossas bancadas na Câmara e no Senado.

Segundo, ao final deste pronunciamento, tomo as medidas necessárias para convocar uma audiência pública cujo objetivo será esclarecer e debater a cobrança de encargos e impostos federais nas contas de energia elétrica dos mineiros. Só para V. Exas. terem ideia, são tantos os penduricalhos cobrados pelo governo federal, como a malfadada RGR, que a conta de energia poderia ser reduzida em um quarto, caso fossem extintos.

Sr. Presidente, são essas as minhas palavras. Há ainda uma boa notícia: o Governador Aécio Neves conseguiu incluir os Municípios mineiros da área da Sudene nos benefícios fiscais das montadoras. Espero que a Presidenta Dilma tenha a sensibilidade de não vetar esse artigo na medida provisória, porque esse seria mais um prejuízo como os da Fiat e do Pólo Acrílico de Ibirité. Portanto, agora espero que Minas Gerais não fique no prejuízo e a nossa Presidenta sancione essa lei após a aprovação do Senado Federal. Obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Ivair Nogueira - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, ocupo esta tribuna para falar de tema importante: uma homenagem à Fiat Automóveis, com sede no Município de Betim.

Tive a oportunidade de acompanhar a empresa desde a sua inauguração, quando o ex- Governador Rondon Pacheco deu a Minas o privilégio de ter essa indústria automobilística no Município de Betim. Sem dúvida, Deputado Rogério Correia, essa ação trouxe uma gama de investimentos e progressos para Betim e para Minas Gerais.

Neste ano, a Fiat completa 35 anos de existência no Estado, e acredito que Minas Gerais deve muito a essa empresa por todo o progresso que ela nos trouxe. Recentemente, em uma medida que foi muito contestada, a Fiat Automóveis anunciou que investirá



R\$10.000.000.000,00, sendo R\$7.000.000.000,00 em Minas Gerais, especificamente em Betim, e R\$3.000.000.000,00 em Recife, em vista dos benefícios e da necessidade da construção de uma fábrica. Essa fábrica estava programada para ser no México, mas, com as conversas e com os incentivos recebidos, a empresa a instalará em Pernambuco, cujos investimentos significam menos da metade do investimento que será feito no Município de Betim. Com certeza, esse investimento trará uma gama de progresso ainda maior para Minas Gerais e para a Região Metropolitana.

A Fiat é um orgulho para Betim, para todo o Estado. Sem dúvida alguma, essa empresa propiciou ao nosso Estado um investimento muito grande.

Deputado Antônio Júlio, agora estamos vendo a possibilidade de Minas Gerais, ao lado da Bahia, também receber os incentivos recebidos por Pernambuco. Com certeza, isso será uma abertura muito boa para que Minas Gerais possa levar investimentos a uma região carente do Estado. Essa medida é fundamental para que uma das regiões mais pobres de Minas receba um investimento de tamanha envergadura.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte) - Cumprimento o Sr. Presidente e os Srs. Deputados.

Deputado Ivair Nogueira, seu pronunciamento é muito importante, até porque a Fiat trouxe desenvolvimento para Minas Gerais. Agora também estamos na expectativa de alguns investimentos na área hoteleira por ação do governo do Estado, que está facilitando as coisas em vista da Copa do Mundo; porém, há certas coisas que temos de combater. Uma delas foi a questão de o governo facilitar a entrega do prédio do Ipsemg, com uma área construída de 12.000m², 12 andares e em plena Praça da Liberdade, para uma única empresa que participou do certame. Depois eles dirão que foi correto, que se cumpriram todas as normas e regras, mas isso não é verdade. Tentamos, Deputado Ivair Nogueira, que a Assembleia Legislativa tomasse as providências, mas o meu requerimento nem chegou a ser analisado. Foi rejeitado. No entanto, não nos restou alternativa senão buscar a via do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que estão reunidos agora para tomar as decisões cabíveis diante das denúncias que fizemos, com base no edital de licitação. Fiquei bastante preocupado, porque, quando meu requerimento foi rejeitado, disse a eles que alguma coisa estava errada. Afinal, se não se deve, não se temem as apurações.

O governo do Estado fez uma jogada para beneficiar apenas uma empresa, e há 70 dias, há quase três meses, já sabíamos quem ganharia. Talvez o nosso grande erro tenha sido este: devíamos ter noticiado lá atrás quem seria o vencedor do certame. Certamente o governo vai dizer que o camarada investirá R\$40.000.000,00 e que isso é para beneficiar a Copa do Mundo. Essa será a defesa deles, mas não há justificativa, pois os R\$40.000.000,00 investidos serão para ele mesmo, que ganhou um prédio público para se beneficiar.

Sabemos que a Copa do Mundo acontece apenas em 30 dias, não mais do que isso. Claro que esse evento tem todo o seu aparato, propagandas e expectativa de sua realização, mas, na verdade, são 30 dias de Copa do Mundo. Tenho dito que há pessoas no governo que perderam o senso do limite e da responsabilidade. O que eles estão tentando fazer com o Ipsemg é o limite da irresponsabilidade. Contrataram uma tal de IMDC, que presta serviço ao Estado de Minas Gerais, a qual iremos investigar. Trata-se da mesma empresa que foi apanhada na época da campanha com R\$800.000,00 em dinheiro, e isso foi abafado. Tivemos a informação de que essa empresa sempre está retirando altos valores do banco. Precisamos fiscalizar isso.

Se a Assembleia não nos dá essa oportunidade como parlamentar, que a Constituição nos dê esse direito. Temos outras opções e vamos usá-las todas. Vamos usar e vamos cobrar. Quando apresentei o requerimento, disse que, se estiver correto, eu mesmo chegarei aqui, para dizer que está correto o processo. Mas o processo tem todos os indícios de falcatura. Havia uma consultoria interna, Deputado Ivair Nogueira, que deu o preço de R\$200.000,00 por mês.

Quem ganhou o fez por R\$185.000,00 por ano, isento do valor de R\$220.000,00 de IPTU por três anos. Ainda há esse tempo de carência. No entanto, temos outros caminhos para beneficiar empresas que vêm para cá, se é isso que pretendem. Façamos uma doação pura e simples, com direito de uso sem custo, que seria muito mais correto que mostrar que o governo pretendia beneficiar um grupo de empresários que querem instalar-se em Minas Gerais.

Vão dizer também que estamos tentando travar o investimento em Minas Gerais. Não, estamos defendendo o interesse do povo de Minas, o patrimônio do Ipsemg, que está acabando. O governo está liquidando uma dívida com o Ipsemg, por lei. Ele fez uma lei e vai liquidá-la, entregando o prédio do Ipsemg à iniciativa privada, por 70 anos. Daqui a praticamente três anos, pois só começarão a pagar após 30 meses, serão pagos R\$15.000,00 por mês.

Fomos ao Ministério Público pedir providências. E não faço denúncias vazias. Levei parte do edital, levamos documentos, e o Ministério Público imediatamente instaurou o inquérito e já determinou a suspensão de qualquer procedimento no processo licitatório. Ontem mesmo eles tomaram providências. Hoje já houve encaminhamento, dando-se 10 dias de prazo para que o Ipsemg se pronuncie, indicando à Sra. Presidente a imediata suspensão do certame, enquanto durarem as apurações do inquérito civil público.

Foi uma grande vitória nossa, que poderia ter sido da Assembleia Legislativa. Então, vamos dizer que foi feito pela Oposição, pelo PMDB, pelo PT, pelo PCdoB e pelo PRB. E foi mesmo, já que estamos tolhidos de exercer nosso papel fiscalizador, já que a mordada continua, já que a imprensa não pode noticiar. Então, devemos exercer nosso papel e mostrar à população o que está ocorrendo em Minas Gerais.

Não, deixe que eu termine meu pronunciamento, Deputado Duarte Bechir. Sei que estou incomodando, mas não se preocupe: V. Exa. terá todo o tempo para se defender.

Sr. Presidente, o que estamos fazendo aqui hoje é o exercício de nosso papel como homens públicos e mineiros, pois defendemos os interesses de Minas, e não o de uma ou outra pessoa.

Vimos aqui denunciar por várias vezes. O governo, assim como várias pessoas, tentou abafar. Eles acham ruim quando falamos de censura, mas ontem houve aqui um movimento da polícia. Eles estão brincando com isso e estão pensando que a polícia está brincando também, como fizeram os professores, que ficaram 40 e tantos dias de greve. A imprensa hoje não disse nada, nada pode falar. Não falou também das ações que movemos e de nossa representação no Ministério Público.

Precisamos agradecer e parabenizar os Promotores, que atuaram imediatamente, porque, se o contrato fosse assinado, o procedimento seria outro.



Então, Deputado Ivair, essa é a nossa indignação, mas não nos desanimamos. Como homens públicos, temos de ter responsabilidade. Seria muito mais fácil fazer denúncias vãs aqui, mas esta é real. Quero ver como eles vão se defender disso. Vão dizer que o Deputado Antônio Júlio é contra a Copa. Eu sou antifacilitação de terceiros usufruírem o patrimônio público. Quanto a isso, sou contra, mesmo. Nos meus 30 anos de vida pública, sempre combati isso e vou continuar combatendo.

Quero ver como o Estado explicará isso. Alguém terá de explicar. O Instituto Nacional de Defesa do Contribuinte e do Cidadão - INDC - precisa ser fiscalizado pela Assembleia. Se não o for, daremos entrada a uma representação no Ministério Público, na Polícia Federal e na Justiça Federal para apurar essa empresa que presta serviço de falcatura para o Estado. Precisa haver fiscalização, sim. Por que mudou a comissão de licitação? Por que não aceitaram a avaliação interna do Ipsemg? Por que o Ipsemg foi para a Cidade Administrativa? Dizem - digo "dizem", porque disso não tenho a confirmação, mas foram várias as informações obtidas - que pagam R\$90.000,00 de condomínio por mês na Cidade Administrativa. E alugam o prédio do Ipsemg aqui por R\$15.000,00?

Vocês sabem do que estou falando? O Estado de Minas Gerais entregou um prédio de 12 andares, de 12.000m² de área construída, em plena Praça da Liberdade, alugando-o por R\$15.000,00, durante 35 anos, podendo ser renovados por mais 35 anos. Se não combatermos isso aqui, se as coisas continuarem desse jeito, vão vender o Palácio da Liberdade, dizendo que é um lugar para fazer turismo, etc.

Já termino. O momento era oportuno para fazermos essas denúncias, porque estamos defendendo interesses do povo de Minas, o que é mais caro a todos nós, a nossa liberdade. Obrigado.

O Deputado Ivair Nogueira - Gostaria de concluir. Estamos vendo o movimento da Polícia Civil e sabemos da sensibilidade do Governador Antonio Augusto Anastasia. Portanto, queremos fazer um apelo. Os Delegados de Polícia têm uma remuneração muito baixa, e estamos perdendo os quadros da Polícia Civil. A maioria dos que fazem concurso para Delegado de Polícia usa o cargo como trampolim, para fazer concurso para outras áreas. Vemos o crescimento da insegurança no Estado de Minas Gerais e precisamos ter algumas iniciativas. Um dos pilares importantes da segurança pública é a Polícia Civil, e fazemos um apelo ao governo para que analise essa situação. Sabemos do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas a Polícia Civil está sucateada, a maioria das cidades de Minas não tem Delegado de Polícia, às vezes há somente nas comarcas. Fazemos um apelo para que o governo analise a situação dos Delegados de Polícia, como fez com relação aos Defensores Públicos, que fizeram um movimento nesta Casa e conseguiram uma remuneração digna. Esse é o caminho da Defensoria, que tem um papel fundamental para a sociedade, mas o mesmo vale para os Delegados de Polícia, que se encontram em condição de inferioridade. A Polícia Civil é importante para a melhor segurança do Estado. Obrigado.

O Deputado Almir Paraca* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que se encontra nas galerias e telespectadores da TV Assembleia, imprensa e servidores, estamos retornando a esta tribuna para falar do fruto do nosso trabalho no Noroeste de Minas, especialmente nas Bacias dos Rios Paracatu e Uruçuia.

Uma questão que tem-nos ocupado nos últimos tempos diz respeito à mineração em nossa querida Paracatu, que nasceu no ciclo do ouro, que lhe conferiu grande vigor econômico e cultural durante muito tempo.

Passado esse período, a nossa querida Paracatu entrou em uma fase de decadência econômica e cultural e assim permaneceu por muitas e muitas décadas, só recuperando a sua dinâmica a partir da construção da Capital Federal, na década de 1960. Hoje a cidade de Paracatu está novamente assistindo a um período de dinamismo econômico e cultural, recuperando a sua tradição de liderança na região Noroeste de Minas, em virtude do crescimento das atividades econômicas, do PIB do Município, da atividade minerária e da exploração do ouro. Entretanto, agora de uma maneira diferente, não mais por meio do garimpo artesanal, do trabalho escravo no período colonial, mas por meio da exploração das grandes mineradoras, como a canadense Kinross, que explora o ouro em Paracatu.

A nossa preocupação, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, é exatamente em relação ao futuro. Nossa preocupação é se, passado novamente esse momento de dinamismo econômico em função da mineração, Paracatu não correrá novamente o risco de sofrer uma decadência econômico-cultural como no passado. O grande Guimarães Rosa, numa passagem do "Grande Sertão: Veredas", diz que "Pica-pau voa é duvidando do ar", mostrando esse vôo de sobe e desce, do movimento cíclico, sazonal, como tem sido, infelizmente, a economia e a dinâmica cultural de Paracatu. Preocupado com isso, há algum tempo, estamos mobilizando a sociedade paracatuense para fazermos frente a uma situação iminente. Se não fizermos de pronto um planejamento da aplicação dos recursos, particularmente dos "royalties", e ajudarmos nessa rediscussão sobre o novo Código Minerário, a situação se tornará ainda pior. Aliás a Presidenta Dilma está para enviar ao Congresso Nacional o novo marco regulatório da mineração, a fim de que cidades como Paracatu e tantas outras em Minas Gerais, no Pará e em vários outros Estados brasileiros não corram risco em virtude dessa legislação frouxa, que guarda marcas do período colonial, que submete o patrimônio minerário do povo brasileiro à sanha exploratória das multinacionais que levam 100% da produção. Esse foi o caso de Paracatu, em que foram produzidas 17t de ouro no ano passado pela multinacional canadense kinross e levaram 100% da produção para o exterior, não pagando ICMS, deixando nos cofres públicos do Município, do Estado e da União misero 1% de "royalties" sobre o faturamento líquido. Portanto, essa é a grande discussão que queremos trazer para esta Casa.

Uma vez estabelecido o debate no Congresso Nacional, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais precisará participar de forma qualificada, a fim de expressar os anseios e os pontos de vista do povo mineiro, para que ocorra a mudança fundamental proposta pela Presidenta Dilma, assumida publicamente durante a última campanha eleitoral. Essa é uma mudança sintonizada com as grandes discussões que estão sendo realizadas no mundo inteiro nessa relação de exploração e passivo ambiental, fruto da atuação predatória das mineradoras mundo afora.

O Deputado Elismar Prado (em aparte)* - Obrigado, Deputado Almir Paraca. Aproveito para parabenizar V. Exa. por trazer à tribuna um tema de grande relevância. A questão ambiental, muito antes de ser um tema da moda, de despertar preocupação, hoje começa a despertar também a consciência para a educação, para uma visão diferente em relação às políticas ambientais. Conhecemos a história do Deputado Almir Paraca anteriormente a esse processo. Ele sempre mostrou-se preocupado com essas questões e foi um grande militante em defesa da vida e do meio ambiente.



Essa questão que envolve a mineração, sem dúvida, é fundamental. Realmente, precisamos estabelecer um marco regulatório, porque infelizmente o setor minerário não recolhe praticamente nada.

Agora há pouco ocorreu uma discussão aqui no Plenário em relação à Cemig. Faço uma ponte entre essa questão e o Estado e o ICMS. É claro que precisamos discutir um pacto federativo, precisamos discutir as relações entre os entes federativos, União, Estados e Municípios. Se somarmos todos os encargos da União, nenhum é mais caro do que o imposto estadual, o ICMS. Esse imposto do Estado é o mais perverso, já que deixa todas as contas mais caras. A maior carga tributária do Brasil é a de Minas Gerais. A telefonia é mais cara; os combustíveis são mais caros; a energia elétrica, serviço essencial à sociedade, é mais cara. Só nas contas dos consumidores residenciais de baixa tensão e na da grande maioria da população de Minas incidem cerca de 42% do imposto, porque eles fazem o cálculo por dentro, consideram o imposto como energia consumida. Isso, sim, penaliza a população carente e a maioria do povo de Minas Gerais.

Na questão da mineração ocorre a mesma coisa, porque esse setor provoca uma degradação violenta do meio ambiente, e não percebemos medidas compensatórias. Há setores que não recolhem quase nada aos cofres públicos. Entretanto, em setores essenciais como, por exemplo, o da energia elétrica, o da água, o da telefonia e outros, o governo penaliza a população mais carente. Não é verdade dizer que os impostos federais penalizam. Na verdade, o imposto que penaliza a população é o ICMS. Os próprios acionistas da Cemig, os Diretores da Aneel e também o próprio governo do Estado sabem disso, muitos já admitiram.

Nossa luta é para reduzir a carga tributária que mais pesa na conta do povo de Minas Gerais, não só na conta de luz, mas na de telefone, nos combustíveis. Nos serviços não essenciais, o governo acaba dando esse prêmio, esse brinde, como acontece com a mineração. Os setores essenciais, como energia elétrica, água, telefonia, cobram valores absurdos, têm as contas mais caras do mundo. Continuaremos nossa luta para reduzir a carga tributária de Minas. O governo do Estado poderia dar bom exemplo reduzindo o ICMS, o que facilitaria a vida de muita gente.

Parabenizo V. Exa., Deputado Almir Paraca, por abordar esse tema fundamental. V. Exa. é militante na área do setor ambiental, sempre luta em favor dos movimentos sociais, populares. Dou-lhe meus parabéns. V. Exa. continuará honrando muito esta Casa e o povo de Minas Gerais. Obrigado.

O Deputado Almir Paraca* - Agradecemos a manifestação do Deputado Elismar Prado. Continuaremos, nobre Deputado, aliados nessa frente em defesa dos interesses maiores do povo de Minas Gerais.

Sr. Presidente, retomando a discussão a respeito do desenvolvimento sustentável de Paracatu, quero aproveitar para me dirigir aos nossos conterrâneos paracatuenses. Convido todos os segmentos sociais, todos os setores econômicos, as organizações classistas, as igrejas, o setor da educação, as faculdades instaladas na cidade, os agricultores familiares, o agronegócio, o setor de serviços da indústria e do comércio a participarem da consolidação do Plano de Desenvolvimento Sustentável de Paracatu, que está para ser finalizado. É um trabalho que está sendo feito com muito cuidado pela Fundação João Pinheiro.

Temos certeza de que será um marco orientador das ações de planejamento e de desenvolvimento sustentável da cidade de Paracatu, lembrando que uma das principais proposições - já clássicas - em processos dessa natureza é a constituição de um fundo gestor financiador de todo esse esforço de desenvolvimento sustentável local, que deve ser mantido, prioritariamente, com recursos advindos dos "royalties" das atividades minerárias, assim como das contribuições voluntárias das mineradoras, principalmente enquanto perdurar esse quadro de "royalties" tão irrisórios quanto os praticados no Brasil. Um exemplo, como já disse aqui, é o do ouro, em que 1% é para os três entes federativos - União, Estado e Município -, sendo que fica tão somente 0,6% do faturamento líquido das mineradoras de ouro para os Municípios.

Gostaria ainda, Sr. Presidente, de falar sobre o nosso esforço para divulgar um tema que consideramos fundamental, que são as tecnologias sociais. É um conceito relativamente novo, que vem sendo construído, mas que diz respeito fundamentalmente a processos tecnológicos e promove o diálogo entre o saber tradicional e o popular, presente em nossas comunidades, particularmente no interior do Brasil. Além disso, promove o conhecimento técnico, acadêmico, científico e soluções de baixo custo, apertadas e aplicadas, que demonstraram, nas várias áreas, serem viáveis e efetivas na solução de problemas que afligem as comunidades do interior do Brasil.

Portanto, estamos com três frentes em Minas Gerais, uma delas nesta Casa, com um projeto de lei de fomento às tecnologias sociais, que esperamos ter oportunidade de discutir profundamente com todos os nossos pares, e duas outras visam implantar centros de difusão e reaplicação de tecnologias sociais que sejam modelos e possam ser espaços demonstrativos para que a população entre em contato com essa realidade e conheça as experiências de sucesso que ajudam a melhorar a qualidade de vida de nossa população, em pequenas comunidades de maneira especial. Um desses centros é o Centro de Tecnologia Social do Bambu - Cerbambu -, que fica em Ravena e é coordenado pelo grande militante ambiental e social de Minas Gerais Lúcio Ventania esperamos que esse Centro continue no ritmo de implementação que vem apresentando. Estamos fazendo gestão junto a vários órgãos, até mesmo junto ao governo do Estado, para apoiar essa grande iniciativa.

Estamos concluindo, Sr. Presidente. Há outro centro, também muito importante para nós, porque diz respeito à nossa região Noroeste de Minas e à Bacia do São Francisco, o Centro de Referência em Tecnologias Sociais do Sertão - Cresertão -, no Distrito de Sagarana, no Município de Arinos.

Esperamos o apoio de todos os colegas Deputados e das colegas Deputadas para que esse tema das tecnologias sociais se estabeleça e entre para a política de inovação tecnológica do Estado de Minas Gerais, de modo a fazer com que as tecnologias sociais sejam multiplicadas e alcancem todos os rincões de Minas Gerais. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Duarte Bechir - Exmo. Sr. Presidente, Deputado José Henrique, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, gostaria de saudar, na pessoa da Deputada Luzia Ferreira, a bancada feminina desta Casa e o Deputado João Leite, por representar peça importante do Parlamento mineiro. Na pessoa de V. Exas. cumprimento os demais pares e o nosso público querido de todas as Minas Gerais. Quero enviar um abraço especial às regiões de Campo Belo, Lavras, Perdões, Santo Antônio do Amparo e à nossa Cristais, que sempre



acompanham os trabalhos dos Deputados de Minas, especialmente neste momento em que também estamos nesta tribuna para, em alto e bom som, levar nossa fala a toda a gente querida de Minas Gerais.

Primeiramente, Sr. Presidente, manifesto minha indignação com parte da Oposição que atua nesta Casa. Solicitei ao par que usava da tribuna 1 minuto da sua fala, o que não me foi concedido, de forma proposital.

O parlamento é o centro das discussões. Há direito de falar o que querem aqui, porque ao Deputado é assegurado esse preceito constitucional. Ele é livre em suas palavras, opiniões e votos, mesmo que, em algum momento, a sua fala esteja em direção contrária ao que realmente ocorre. Ele tem esse direito. Ocupa esta tribuna e fala o que bem entende, como ouvimos, há pouco, dizer que o Ministério Público mandou paralisar a licitação do Ipsemg. O Ministério Público tem apenas o indicativo, a decisão cabe ao Judiciário. Cabe à Oposição, no meu modesto entendimento, trabalhar para que Minas Gerais possa crescer em algum segmento e que possa, então, assumir a paternidade daquilo que está pleiteando. A Oposição nesta Casa é dona hoje da Presidência e da Vice-Presidência da República, PT e PMDB.

Quantas pessoas morreram no final de semana passada, em Minas Gerais, nas nossas rodovias? Trinta e duas. Esta semana, aprovei requerimento de nossa autoria na Comissão de Transportes, da qual o Deputado Adalclever Lopes é Presidente, sugerindo à Presidente Dilma que reconsiderasse a medida provisória que tira do banco do povo - BNDES - R\$20.000.000.000,00 para ceder ao capital estrangeiro, para montar uma empresa e ganhar dinheiro no Brasil, com o dinheiro do povo brasileiro. Enquanto as nossas estradas estão matando, construirão um trem-bala que ligará Campinas, São Paulo e Rio de Janeiro, uma obra planejada, com um custo na casa de R\$50.000.000.000,00. E o povo morrendo nas estradas. Requerimento de nossa autoria foi aprovado e já enviado a Brasília, mas pouco adiantará, porque a Presidente detém, no Congresso, uma folgada base para fazer o que bem quer. Quer dançar um bolero, toca-se um bolero; se passar para samba, toca o samba que os Deputados e Senadores dançarão.

Peço a atenção dos nobres pares para não ser interrompido no meu raciocínio. Peço um minuto da atenção de todos no que diz respeito à solicitação do aparte. Na semana passada, vimos a primeira participação do bravo e combativo Senador Aécio Neves, quando assumiu, no Senado, de corpo e alma, que exerceria o papel de oposição. Mas ele foi claro ao dizer que, se esperassem dele ataques pessoais, não encontrariam. E foi claro ao dizer que também não precisariam esperar dele perseguições baratas, porque não agiria dessa forma. Prova disso, gente querida de Minas Gerais, oposição ao governo de Minas, trago aqui a decisão tomada ontem, em Brasília, mediante o trabalho do nosso Senador Aécio Neves. Em vez de jogar pedras e fazer acusação infundada e perseguição barata, ele interveio em nome de Minas Gerais. Muita gente de Minas sabe, e o Deputado João Leite, a quem concederei um aparte, com muito prazer, foi o primeiro a trazer ao conhecimento desta Casa que, no apagar das luzes do ano passado, o ex-Presidente Lula, com uma medida provisória, postergando a sua utilização para beneficiar exclusivamente Pernambuco, tomou-nos parte da Fiat Automóveis. Para não ficarmos no prejuízo, o nosso Senador Aécio Neves, o mais querido, interveio com a sua base. Juntou os companheiros de Minas Gerais, até mesmo dos partidos de oposição, e, demonstrando amadurecimento, amor à sua gente, compromisso com Minas Gerais e com a verdade, convidou os demais pares no Senado para incluir na medida provisória que beneficiava apenas Pernambuco a área da Sudene de Minas Gerais. E isso foi aprovado. Quero ressaltar que foi aprovado a contragosto da base da Presidente, porque o Líder do Governo, representante de São Paulo, interveio no momento da aprovação, pedindo que fosse votado contra. Mas o mais querido, assim como administrou Minas Gerais, assim como foi Presidente da Câmara dos Deputados, sabe, como poucos, fazer uma política do bem e conseguiu aprovar e incluir Minas Gerais na área da Sudene. E agora qualquer indústria automotiva que queira instalar em Minas Gerais, também naquela área, gozará dos mesmos benefícios que o Presidente Lula nos tomou, levando para Pernambuco, no apagar das luzes no ano passado. Foi a recuperação do que havíamos perdido ou pelo menos a tentativa de recuperação daquilo que nos foi tomado.

Querem ganhar as eleições. E não se ganha eleição agindo da forma despuddorada como hoje parte da Oposição faz em Minas Gerais. Não se ganha eleição com bravatas, com mentiras, porque já disseram aqui que, de tanto falar mentira, o povo vai acabar acreditando que a Oposição está com a verdade. Fico triste em alguns momentos da vida do Parlamento, especialmente hoje, diante da situação a que fomos colocado nesta Casa. A liberdade de expressão é de cada um dos membros deste Parlamento, mas temos de ter juízo em respeito às pessoas que merecem a nossa consideração. Querer jogar por terra o passado de Aécio Neves é cuspir contra o vento. Voltará. Querer tirar de Aécio Neves hoje o título da principal figura da Oposição no Brasil é também jogar pedra em árvore que não tem fruto. Ninguém atira. É querer chutar um cachorro morto. Olha, Minas Gerais aprendeu o caminho do progresso e tem dado provas sucessivas de que o caminho do progresso passa obrigatoriamente, eu disse obrigatoriamente, pela conveniência, pelo papel decisivo de Aécio Neves. O Brasil vai outorgar-lhe a oportunidade, em breve, de mostrar a sua maneira de administrar para melhorar o nosso país, com respeito, com cordialidade, mesmo contrariando aqueles que insistem em fazer-lhe nesta Casa oposição a qualquer custo.

O Deputado João Leite (em aparte) - Deputado Duarte Bechir, acompanho o seu pronunciamento atentamente. V. Exa. tem demonstrado nesta Casa destemor, força, coragem e responsabilidade. Foi escolhido por sua região e pelo povo de Minas Gerais para apoiar esse governo e o faz com destemor, apesar da gritaria da Oposição. Isso me faz lembrar um atleta com quem tive a honra de jogar, o Chicão. Era um homem do meu tamanho, com um grande bigode, bravo. Numa decisão que tínhamos, o outro time estava gritando muito. Chicão nos disse: “Nego, não se importe com isso. Se grito valesse, porco não morreria.” Como grita e faz barulho essa Oposição na Assembleia Legislativa. Tenho de reservar aqui o reconhecimento para algumas honrosas exceções na Oposição que realmente são Deputadas e Deputados que trabalham pelo Estado de Minas Gerais. O mais querido Senador, Aécio Neves, como V. Exa. lembrou, deu um exemplo de como se faz Oposição, construindo. Faz-se Oposição como ele fez. Esperou a volta, porque o mundo dá voltas, e deu. A Fiat foi tomada dos mineiros, mas o Senador Aécio Neves, junto com a nossa bancada federal, deu uma lição para Oposição aqui desta Casa, que não deu uma palavra em favor de Minas Gerais. Alguns desta Oposição são contra Minas Gerais. A todo tempo gritam, procurando desestabilizar o governo, fazendo comparações que não são verdadeiras. O governo federal passou a cobrar pedágio na BR-381 Sul, construída por Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, com 600km duplicados. É pedágio de estrada pronta.



Quando o prédio do Ipsemg é cedido, alugado para ser transformado em hotel cinco-estrelas, são R\$400.000.000,00 que devem ser investidos. A análise está feita, mas esta Oposição é para instabilizar o governo escolhido democraticamente, junto com V. Exa. Para apoiarmos este governo, não temos medo de grito, não temos medo desse barulho. O governo que foi escolhido democraticamente continuará. O Governador Anastasia foi escolhido em primeiro turno junto com essa base que o apoia. É democracia essa base, composta pelo meu partido, o PSDB, pelo partido de V. Exa. e por vários outros partidos escolhidos para apoiar este governo. Não permitiremos isso, vamos à luta. Quero ser solidário com V. Exa., cujo direito de se manifestar foi atacado nesta tarde. V. Exa. foi proibido de falar. Tenha a minha solidariedade e a da base do governo desta Assembleia. Estamos com V. Exa., Deputado Duarte Bechir, Lembro o filósofo contemporâneo Chicão Volante: “Se grito valesse, porco não morria”. Grito não nos amedrontará.

O Deputado Duarte Bechir - Obrigado pelo aparte que complementa a minha fala.

O Deputado Zé Maia (em aparte)* - Deputado Duarte Bechir, cumprimento V. Exa. pela defesa dos interesses de Minas Gerais citando a importante ação do Senador Aécio Neves. Aproveito para dizer que vimos alguns parlamentares da Oposição exibindo uma faixa cujos dizeres me chamaram a atenção. Dizem que têm uma oferta melhor para Minas. É importante entrarmos nessa discussão, a bem da defesa dos interesses maiores de Minas e do alto interesse público do Estado. Colocaram na faixa que há uma proposta melhor que a que foi feita pela ocupação do prédio do Ipsemg. Acho que bravata - e creio que não se trata de bravata - não serve como discussão de alto nível nesta Casa, caro Deputado Duarte Bechir. A Oposição desta Casa, a partir do momento em que a faixa foi fotografada e filmada, passa a ter a obrigação de apresentar não R\$15.000,00, como colocaram, mas uma proposta melhor que a de investimento de R\$46.000.000,00, o pagamento do aluguel, além da devolução ao Estado após 35 anos. É obrigação da Oposição, sob pena de ficar desmoralizada, apresentar oferta melhor que a oferecida integralmente, e não da forma sub-reptícia de R\$15.000,00, querendo enganar a população. Não é isso, mas um conjunto. Uma grande empresa investirá R\$46.000.000,00 em Minas Gerais. Repito: a Oposição, sob pena de ficar desmoralizada, tem a obrigação de trazer um grupo empresarial para fazer uma proposta melhor que a que foi feita para a construção desse hotel em Minas Gerais. Está feito o desafio: a Oposição deve trazer proposta de um grupo sério, que tenha respaldo financeiro para cobrir a proposta que foi feita. Se a proposta for coberta e superadas as questões legais, tentaremos reverter a licitação, que foi feita legalmente. Se houver proposta melhor, a bem do interesse público teremos a obrigação de trabalhar para que a melhor proposta seja efetivada. Mas a Oposição está desafiada a trazer um grupo empresarial respeitável para cobrir a oferta oferecida ao governo de Minas. Meu caro Deputado Duarte Bechir, para concluir e cumprimentando V. Exa. pela coragem, digo que, na melhor das hipóteses, e repito, na melhor das hipóteses, o trabalho da Oposição trará grande prejuízo para Minas Gerais. Muito obrigado, Deputado Duarte Bechir.

O Deputado Duarte Bechir - Sr. Presidente, muitos dizem que estamos usando nesta Casa uma lei, parece, “tavoriana”, referência a um personagem de Chico Anísio que falava: “Eles fazem lá, então eu faço cá”. Não é isso, mas é questão de responsabilidade. O relatório do Tribunal de Contas da União - TCU - apontou indícios graves de irregularidades nas obras de refinarias da Petrobras e recomendou a imediata paralisação dessas obras. No caso das obras de modernização da refinaria Presidente Vargas, no Paraná, o TCU indicou problemas de sobrepreço nas licitações, entre outros indícios de irregularidades. No caso da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, há também indicação de superfaturamento e sobrepreço. Em Abreu e Lima, há contratos com problemas, com sobrepreço que atinge R\$1.300.000.000,00; e, na Repar, R\$1.400.000.000,00. O que fez o Presidente? Mesmo contrário ao TCU, recomendou à Comissão de Orçamento que mantivesse recurso para as obras com indício de superfaturamento. Oposição tem de ser feita com responsabilidade e mediante uma circunstância: melhorar a vida daquele povo que representa. Se ela quiser continuar sendo responsável, que mude os seus caminhos e respeite as pessoas e o passado. Dessa forma, estaremos trabalhando juntos por uma Minas Gerais cada vez melhor.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Deputado Duarte Bechir, saúdo e parabenizo V. Exa. pela segurança e verdade das suas palavras. Então, Deputado Duarte Bechir, agradeço-lhe o aparte. Lamento profundamente que não tenha oportunidade de falar nesta tarde.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, hoje é um dia histórico para Minas Gerais em que a Oposição está sendo bastante criticada - aliás, criticamos a Situação e esta critica a Oposição. Isso faz parte da democracia. A própria Presidente Dilma disse que é preferível o barulho da Oposição ao silêncio imposto pelas baionetas. A Oposição tem o seu papel, que é importante. Ouvi o Deputado Duarte Bechir falar sobre a medida provisória. Devemos parabenizar o Senador Aécio Neves. Minas está precisando realmente de retomar o seu lugar. Espero que, em outros temas polêmicos - esse não era polêmico -, o Senador Aécio Neves tenha a mesma atitude de defender os interesses de Minas. O que estamos fazendo aqui, hoje, é a defesa dos interesses do Estado e do Ipsemg, que já está praticamente falido e vem sobrevivendo a duras penas. Não estamos questionando esse governo, pois isso não é culpa dele. Na verdade, esse problema é proveniente de outros governos e de más administrações. Havia saques dos recursos dos previdenciários por parte do governo, que, como tinha de fazer caixa, usava o dinheiro. Então esse instituto está fadado à extinção. O governo está criando outras tantas regras de aposentadoria do funcionalismo público que seria o motivo da existência do Ipsemg.

Ficamos preocupados e avisamos ao Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária o que estava ocorrendo. Ai está, Deputado Bonifácio Mourão, o papel responsável da Oposição. Foi um ato de responsabilidade. Não queríamos, principalmente este Deputado, chegar a esse ponto. Tanto isso é verdade que avisei ao Presidente da Assembleia que havia indícios de direcionamento. Então corremos atrás. Como não pude receber por meio do Parlamento, fui até lá pessoalmente. O que vimos foi escandaloso.

O Deputado Duarte Bechir disse que o próprio Ministério Público não tem poder. Tem sim e já mandou suspender o certame. O Tribunal de Contas hoje também tomou essa decisão até em defesa do próprio Governador. Vejo que a Base do Governo está desprezando o nosso Governador Anastasia, pois só se fala em Aécio Neves aqui. O nosso Governador é o Anastasia. O que estamos



discutindo é o governo de Minas Gerais. Tenho certeza de que, se tivesse conhecimento da forma como aconteceu o certame, o Prof. Anastasia o teria suspenso e mandado rever o processo.

O Deputado Zé Maia faz o desafio para nós, da Oposição, de que será cancelado o edital. Surgirá um novo edital e logo as propostas serão apresentadas. Certamente serão bem melhores do que essa. Há essa desculpa de que o Estado está perdendo esse investimento. Na verdade, quem o podia estar perdendo é o grupo que queria vir para Minas Gerais. Na verdade, ia pegar uma área que não existe hoje em Belo Horizonte, em plena Praça da Liberdade, e dela usufruir por 70 anos, pois são 35 anos, prazo renovável a critério do Ipsemg por igual período.

Então, o grupo vai investir não para o Estado de Minas Gerais, não em benefício da população de Minas Gerais, mas em benefício dele, dos seus negócios, procurando lucro no setor hoteleiro. Não somos contra isso: se ele está montando um hotel, ele tem de ter recursos, tem de ganhar, faturar. E nós acompanhamos isso de perto. Dizer, Deputado Ivair Nogueira, que agir assim atrapalha a Copa do Mundo, que somos contra não é verdade. Somos a favor dos interesses de Minas, como o Aécio foi no Senado ontem, colocando na medida provisória que Minas também tem de receber benefícios. Fico às vezes triste aqui, quando vejo criticarem a Fiat, dizendo que ela foi embora, o que não é verdade. A Fiat teve e está tendo um papel para o PIB de Minas Gerais da maior importância. A empresa está apenas fazendo uma planta mais razoável para ela numa região portuária. E até acho que o governo deu o chute certo, porque é preciso levar desenvolvimento para o Nordeste, tirar um pouco do Sudeste e levar para o Norte e o Nordeste, pois aquele povo também merece alguns benefícios.

Então, considere importante a medida tomada ontem pelo ex-Governador Aécio Neves. Talvez isso esteja faltando na bancada, tanto do Senado como da Câmara. Falta alguém que levante essa bola em defesa dos interesses de Minas. Precisamos parar de dizer: Ah, o Lula fez isso, a Dilma não fez aquilo. Não estou aqui discutindo sobre Lula, aqui discuto o nosso governo, do Estado de Minas Gerais. Essa é a nossa responsabilidade, a nossa obrigação, e não o que deixam de fazer em Brasília.

Faço críticas, sim, ao setor financeiro. Acho que a Presidente Dilma tem de tomar providência. Não é possível que o Brasil continue pagando 11,75% da taxa de juros Selic. Isso tem de ser combatido. Isso é apenas para atender os interesses financeiros dos bancos, que estão ganhando dinheiro a rodo, que pegam títulos da dívida pública e recebem 11,75%. Nós somos contra e vamos combater isso. Eu dizia para alguns Deputados que deveremos iniciar um trabalho aqui, Deputado Luiz Henrique, para dar suporte ao ex-Governador Aécio Neves, ao Itamar Franco, ao Senador Clésio, para discutirmos a dívida de Minas. O mesmo que o governo federal do PSDB fez com Minas Gerais continuam fazendo, e nós não podemos aceitar isso.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Com todo respeito e consideração que tenho por V. Exa., discordo de sua fala.

Primeiro, a Sra. Jomara, Presidente do Ipsemg, encontra-se nesta Casa, agora, sendo sabatinada. E acabou de dizer que não foi notificada em nada pelo Ministério Público. Quer dizer, não houve notificação, apesar de a Oposição ter dito que fora notificada. Segundo, quando V. Exa. diz que o Ministério Público tem poderes para cancelar licitação ou suspender o contrato, ele não tem poder, "data venia", não tem; isso é poder judicial, só a Justiça pode fazê-lo. O Ministério Público poderia requerer à Justiça, mas não o fez. Seria usurpação de função pública se fizesse isso. E, com certeza, o Ministério Público não fará nenhuma notificação precipitada, até porque sabe V. Exa. que a licitação foi feita, houve prazo de recurso, e, decorrido esse prazo, ninguém recorreu. Era o caso de V. Exa. ter ido lá e pedido alguém para que recorresse. E era o caso também de V. Exa. ter ido agora...

O Deputado Antônio Júlio - Quem iria recorrer? Estava direcionado.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - V. Exa. me permitiu aparte, deixe-me concluir. Direcionado, se estava, era o caso de se recorrer e alegar isso no recurso. Ninguém alegou. Recurso é para isso. Ninguém alegou, deixaram correr. Agora estão aparecendo com faixa aqui para mostrar à imprensa. É preciso mostrar a verdade. A Presidente do Ipsemg, Sra. Jomara, está na Casa agora. Por que não questioná-la a respeito? Por que V. Exas. não vão à Comissão para questioná-la, para apurarem a verdade? O que se deseja é mostrar faixa à imprensa e dizer que o Ministério Público já cancelou o procedimento. Cancelou, não. Não notificou, e o Ministério Público, "data venia", sabe disso. Ele não tem poderes para cancelar. Com certeza, o Ministério Público, que é órgão altamente responsável, não fará isso sem um estudo mais profundo.

O Deputado Antônio Júlio - Mas se o PSDB quer mandar no Ministério Público, amordaça-lo e definir o que eles vão fazer, realmente, a gente fica mais perdido do que cego em tiroteio.

O Deputado Luiz Henrique (em aparte)* - Deputado Antônio Júlio, quero parabenizá-lo por reconhecer a importância da votação de ontem, na Câmara Federal, do substitutivo apresentado pelo nosso Senador Aécio Neves à Medida Provisória nº 512. Parabenizo também a ação do Deputado Federal Pestana e do Líder da Minoria, o Deputado Federal Paulo Abi-Ackel, e ressalto que precisamos da Situação e da Oposição para lutarmos, a fim de que a Presidenta Dilma sancione essa MP.

Quero dizer também que o Senador Aécio Neves está empunhando a bandeira do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional - FNDR. Nós, desta Casa, temos de apoiar isso, pois é muito importante para as regiões de baixo IDH. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, só quero dizer que hoje vivemos um dia histórico, apesar de o Deputado Bonifácio Mourão dizer que o Ministério Público já não tem autonomia. Já denunciámos que até o Ministério Público está sob a mordida da imprensa. Mas espero que o Ministério Público e o Tribunal de Contas, que estão reunidos agora, tomem as providências que queremos. Se o processo estiver correto, se eles disserem que ele está correto, vamos bater palmas. Mas quero ver como terão coragem de fazer, já que estava tudo direcionado, tudo tranquilo e não houve concorrência. E quando está direcionado, sabemos das barreiras. Isso é mais ou menos o que ocorre nas estações de transporte, de obras do governo, já direcionadas; por isso não adianta alguém entrar na concorrência porque não ganhará.

* - Sem revisão do orador.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 18/4/11, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado João Leite

nomeando Renato Mimessi Filho para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas.

Gabinete do Deputado Neilando Pimenta

exonerando Juliana Resende Capucci do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;

nomeando Felicia Barbosa Dantas para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Alexandre de Souza para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Sem Censura.

AVISO DE LICITAÇÃO**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2011****NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 24/2011**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 10/5/2011, às 14h30min, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço global, tendo por finalidade o fornecimento e a instalação de móveis.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos “sites” www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Apoio ao Processo Licitatório - GAPL - da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar sua reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 19 de abril de 2011.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

TERMO DE CONVÊNIO

Primeira convenente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segunda convenente: Município de Cachoeira da Prata. Objeto: transmissão do sinal da TV Assembleia. Vigência: 10 anos a contar de 17/5/2011. Dotação orçamentária: 02.09.02.15.452.0120.2084.3.3.90.39.09.

**ERRATA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 26/3/2011, na pág. 63, col. 2, onde se lê:

“Renata Spitale Lima Leite”, leia-se:

“Renata Lima Leite”.

E, na col. 3, onde se lê:

“Luciana Costa Pinto de Oliveira”, leia-se:

“Luciana Costa Oliveira Vieira”.